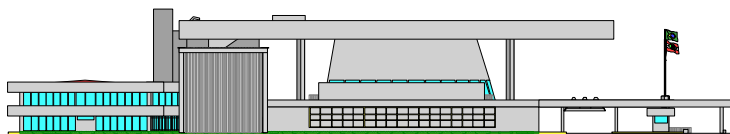


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 25 DE FEVEREIRO DE 2010

NÚMERO 6.140

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merísio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Antônio Aguiar
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes – Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
José Natal Pereira
Manoel Mota
Carlos Chiodini
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Dado Cherem
Pe. Pedro Baldissera
Reno Caramori
Edson Andrino
Adherbal Deba Cabral
Darci de Matos
Derli Rodrigues
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Joares Ponticelli
Manoel Mota
Elizeu Mattos
Derli Rodrigues
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Jean Kuhlmann – Vice-Presidente
José Natal Pereira
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Adherbal Deba Cabral
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Carlos Chiodini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Derli Rodrigues
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig – Vice-Presidente
Marcos Vieira
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Edson Andrino
Derli Rodrigues
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula de Lima - Presidente
Kennedy Nunes – Vice-Presidente
José Natal Pereira
Carlos Chiodini
Adherbal Deba Cabral
Ismael dos Santos
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
César Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Antônio Aguiar
Elizeu Mattos
Derli Rodrigues
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Nilson Gonçalves
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Edson Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Professora Odete de Jesus -
Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-
Presidente
Ismael dos Santos
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2140
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 008ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 23/02/2010.....2
Ata da 001ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 23/02/20109

Atos da Mesa

Ato da Mesa 14

Publicações Diversas

Audiência Pública.....14
Ata da Procuradoria.....19
Atas de Comissão Permanente...
.....20
Aviso de Licitação.....22
Aviso de Resultado.....23
Extrato23
Ofícios23
Portarias24
Projetos de Lei.....29

PLENÁRIO

ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dado Chereim - Darci de Matos - Décio Góes - Derli Rodrigues - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Partidos Políticos**

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Comunica sua reeleição à presidência da CCJ.
DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença de várias autoridades.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Associa-se ao deputado Moacir Sopelsa nos cumprimentos às lideranças de Otacílio Costa.
DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Cumprimenta o vereador Nilso Macieski, de Chapecó, presente na Casa.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES -

Analisa a posição do governador Luiz Henrique no contexto das próximas eleições.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Comunica sua eleição à presidência da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença dos responsáveis pelo lançamento do jornal *O Garuvense*.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Informa a mudança de comando na comissão de Turismo e Meio Ambiente.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Otacílio Costa.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Comunica a instalação da comissão de Segurança Pública.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pede a convocação do secretário Ronaldo Benedet para explicações na comissão de Segurança Pública.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Confirma que convidará o secretário da Segurança para comparecer à comissão de Segurança Pública.

DEPUTADO OEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra a presença de personalidades de Guaramirim.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda projeto de sua autoria que apresentará ao governador; reclama do corte de verbas federais para as Apaes.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Condena a atitude do poder público no relacionamento com as Apaes.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Cumprimenta o deputado Ismael dos Santos pela abordagem da problemática das drogas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença de José Carlos, diretor da TV Educativa Brasil Esperança, de Itajaí e Joinville.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença de Serginho Pinho, ex-vereador de Laguna.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Discorre sobre a biografia de Pedro Ivo Campos.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Abordas as prévias do PMDB; ressalta o trabalho do Rotary Club Internacional.

DEPUTADO DADO CHEREM - Elogia a atuação do ministro Temporão, da Saúde; alerta para o perigo da dengue.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Relata sua atuação como líder do PT em 2009.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Faz sua primeira participação como novo líder da bancada do PT.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Comunica que oportunamente se pronunciará sobre a agressão sofrida pelo vereador Gilberto Junckes, de Guaramirim, por dois soldados da Polícia Militar.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Comunica a instalação da comissão de Legislação Participativa.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Refere-se à denúncia que o deputado Nilson Gonçalves fará na sessão de amanhã.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Encaminha a votação do PR n. 0001/2010, de autoria da Mesa Diretora, que revoga a Resolução n. 0011, de 22/12/2009.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Elogia o trabalho dos consultores legislativos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Srs. deputados, esta Presidência irá suspender a presente sessão para que possamos deliberar sobre a composição das comissões e reabrirá a sessão tão logo haja um entendimento para a sua instalação definitiva, uma vez que o prazo regimental já está esgotado e não há sentido prosseguirmos sem primeiro definirmos essa questão.

Está suspensa a presente sessão, até que haja entendimento para a instalação das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campanha) - Está reaberta a presente sessão.

Como houve acerto entre os srs. líderes para a indicação dos membros para compor as comissões, esta Presidência convoca todos os membros para se reunirem, neste momento, na sala das comissões, a fim de procederem às atas de posse e também, se for do entendimento das comissões, deliberarem algumas matérias.

Está suspensa novamente a sessão para que as comissões permanentes possam reunir-se, conforme o art. 65, inciso III, "a", do Regimento Interno.

Está suspensa novamente a sessão. O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campanha) - Está reaberta a presente sessão.

Consultamos os srs. líderes se podemos reiniciar a sessão a partir do horário dos Partidos Políticos, evidentemente não tendo mais o seu término às 16h, mas às 16h30, a fim de que todos partidos possam usar a palavra.

(Os líderes acquiescem.)

Como há concordância, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu queria comunicar a v.exa. que a comissão de Constituição e de Justiça se reuniu, já está instalada e foi feita a eleição para a presidência. Fomos reconduzidos ao cargo de presidente pelo quarto ano consecutivo, tendo o deputado Marcos Vieira como vice-presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência agradece ao deputado Romildo Titon pela tramitação célere

que deu à matéria que logo em seguida será deliberada, pois é de interesse público e devemos dar uma resposta rápida.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Gelson Merísio, gostaria de registrar, com alegria, a presença de João Pedro Velho, vice-prefeito de Otacílio Costa; de Carlos Schneider, vereador do PMDB; de Eugênio Carlos de Barba, gerente de obras; do jornalista Rodrigo Barti, assessor de comunicação; e de Tadeu Chaves, assessor de gabinete.

Também registro a presença do prefeito de Passos Maia, Osmar Tozzo, e do prefeito Antoninho Rossi, de Ponte Serrada.

Deputado Jorginho Mello, é com alegria que faço este registro e desejo que as referidas autoridades sintam-se bem em nossa Casa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Gostaria de me associar ao deputado Moacir Sopelsa nos cumprimentos às lideranças de Otacílio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Esta Presidência também registra, com muita alegria, a presença de todas as lideranças já nominadas.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Gostaria de cumprimentar o vereador Nilso Macieski, de Chapecó, que visita esta Casa na tarde de hoje, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro, com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos, no horário do PDT.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos acompanha pessoalmente nesta sessão, telespectadores da TV Assembleia, ouvintes da Rádio Aleesc Digital.

Nós temos acompanhado, através dos meios de comunicação, os debates políticos no estado de Santa Catarina e temos percebido uma movimentação esquisita, no mínimo, deputado Silvio Dreveck, com relação às questões da tríplice aliança. E por que eu falo isso, deputado Kennedy Nunes? Falo isso porque por generosidade ou por brincadeira, na última quinta-feira, o deputado Rogério Mendonça falou desta tribuna em polialiança. Particularmente, sempre que falamos essa palavra sinto certa urticária, já que o PDT também estaria incluído. Como tenho falado em alguns lugares, inclusive na TVAL, preferiria ficar uns dois anos preso a andar por aí com o governador Luiz Henrique da Silveira, e essa posição já existe há três anos, deputada Ana Paula Lima, não é de agora.

Então, quando o deputado Rogério Mendonça fez a brincadeira dos partidos da polialiança, tive dificuldade para respirar, certa alergia. Estou entrando nesse assunto justamente por ter sido citado, quando estava ali na minha cadeira ouvindo o deputado falar, por brincadeira ou por generosidade, como um dos possíveis candidatos da polialiança.

Eu quero agradecer a generosidade do deputado. Muito obrigado! Mas quero dizer novamente que se for para andar com o governador Luiz Henrique da Silveira, se esse for o ônus, prefiro ir para a cadeia. Dois anos na cadeia é mais confortável para este deputado que está aqui falando.

Quero dizer que o governador Luiz Henrique da Silveira já tem uma posição com relação à eleição de 2010, e já faz tempo que a tem. Os articulistas políticos escrevem, falam. Todo mundo dá entrevistas, todo mundo faz manifestos, faz reuniões! Mas já faz tempo que o governador Luiz Henrique tem uma posição com relação à eleição de 2010. O seu candidato a governador é o senador Raimundo Colombo e ele quer achar alguém do PMDB para ser o candidato à vice. Enquanto isso, Dário já disse à imprensa que quer ser candidato a governador, mas que até aceita discutir a candidatura à vice. Ou seja, ele já está aceitando!

Então, se alguém tem dúvida sobre de quem são as iniciativas para criar esses murmúrios, esse burburinho, que talvez passem para situações mais agudas, neste final de feira - e cada vez mais está parecendo um final de feira, deputado Dirceu Dresch -, que pode terminar em socos e pontapés, pode ter certeza de que a origem está muito clara. O governador Luiz Henrique está fazendo qualquer coisa que julga necessária para se eleger senador em 2010. Para alcançar esse objetivo, do qual ele não abre mão e para o qual ele faz qualquer negócio, já subordinou o PMDB e há seis meses esculachou, através dos meios de comunicação, o presidente do partido, Eduardo Pinho Moreira, ou nós não estamos vendo as coisas por aqui! Ou nós não enxergamos direito! Mas, na minha forma de ver, faz seis meses que Luiz Henrique esculachou Pinho Moreira nos meios de comunicação ao dizer que o colocou como vice-governador, que lhe deu um ano de mandato de governador, que depois o colocou na presidência da Celesc e que ele não se cacifou. Está reclamando do quê? É ingrato!

Portanto, Luiz Henrique já sabe aonde quer chegar e está fazendo tudo, inclusive contra o próprio partido e a própria direção estadual do partido, para garantir a sua eleição ao Senado. Essa é a realidade da política, e quem quiser ver diferente, que o faça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Jorginho Mello, gostaria de comunicar a v.exa. e a todos os membros deste Parlamento que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher já se reuniu e empossou os seus membros e através de votação escolheu-me para presidi-la. Tenho a honra de, mais uma vez, presidir essa importante comissão, tendo como vice-presidente o deputado Kennedy Nunes.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, só gostaria de fazer o registro da presença do amigo Adolar Unlauf, diretor executivo da Associação Comercial e Industrial de Garuva - Acig -, também do ex-prefeito de

Garuva, sr. José Chaves, e do meu amigo, jornalista Altamir Andrade, que vieram apresentar o jornal *O Garuvense*, um jornal daquela cidade que está saindo agora. Sejam bem-vindos e parabéns por esse novo veículo de comunicação, pois Garuva já estava precisando.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feitos os registros, esta Presidência também cumprimenta os nossos amigos de Garuva pelo lançamento do jornal *O Garuvense* e que tenham muito sucesso.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero também comunicar que a comissão de Turismo e Meio Ambiente já se reuniu e escolheu este deputado para presidente, substituindo, a partir de hoje, o deputado Décio Góes da nossa bancada, e para vice-presidente o deputado Renato Hinnig.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - É uma satisfação registrar a presença nesta Casa do nosso amigo, do nosso irmão, o vice-prefeito de Otacílio Costa, sr. João Pedro Velho, que prestigia a nossa sessão desta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito o registro, esta Presidência também o cumprimenta.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu também desejo comunicar a todos os srs. deputados e aos telespectadores que instalamos a comissão de Segurança Pública a qual eu tenho a honra de continuar presidindo, tendo como vice-presidente o sr. deputado Sargento Amauri Soares e como membros os deputados Adherbal Deba Cabral, Genésio Goulart, Kennedy Nunes, Nilson Gonçalves e Pedro Uczaí.

Queremos também registrar a presença do ex-prefeito de Garuva, sr. José Chaves, e dos seus companheiros da Associação Comercial daquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Deputado Darci de Matos, v.exa. acaba de comunicar que foi reeleito presidente da comissão de Segurança Pública. Eu quero, em nome da comunidade tubaronense, pedir a intervenção imediata da comissão de Segurança Pública para a solução de um problema que está acontecendo em Tubarão, ou seja, o caos e a insegurança se espalharam pela cidade e por toda a região sul do estado.

O jornal *Diário do Sul* abre a manchete de hoje com a seguinte notícia: "Homem é baleado após assalto no centro de Tubarão."

"O centro de Tubarão parou ontem à tarde. O assunto, infelizmente, foi o tiro que feriu Evandro Luis Vitoteretti Benedet, 38 anos. Ele foi atingido no rosto por um homem que fugia após assaltar a relojoaria Rinaldi, na rua Marechal Deodoro. Evandro é funcionário da Casan em Capivari de Baixo. Até o fechamento esta edição ele estava internado em estado grave no Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC)."[sic]

O jornal *Notisul* traz a manchete: "Tubarão; terra sem lei?"

Evandro Luiz Benedet é mais uma vítima da crescente onda de criminalidade que parece ter dominado Tubarão. Ele levou um tiro na cabeça após cruzar a frente de dois adolescentes que fugiam depois de praticarem um assalto."[sic]

O jornal *Diário Catarinense* traz a manchete: "Pedestre é atingido por bala perdida após assalto em Tubarão, no sul de Santa Catarina."

Deputada Ana Paula Lima, Tubarão está em polvorosa. Amanhã à tarde não participei da sessão, vou a Tubarão. As entidades estão convocando emergencialmente uma reunião pública amanhã, às 14hs. Convido v.exa. e os que quiserem participar para essa reunião, porque a onda de criminalidade tomou conta da nossa cidade de forma assustadora, deputada Professora Odete de Jesus. A família tubaronense está assustada. Na última sexta-feira, um empresário de 37 anos foi assassinado às 11h, no pátio da sua empresa. Ontem à tarde, esse jovem que era um transeunte, que passava na rua, acabou sendo atingido por uma bala perdida. Ocorreram somente neste ano, deputado Darci de Matos - e estamos apenas no dia 23 de fevereiro -, seis homicídios no município de Tubarão.

Para v.exas. terem uma idéia da gravidade desses números, trago aqui um levantamento oficial das estatísticas, deputados, do final do governo passado e do atual governo.

Deputado Kennedy Nunes, no ano de 2001 sabe quantos homicídios a nossa cidade, Tubarão, enfrentou? Nenhum! Em 2001 não ocorreu nenhum homicídio na cidade de Tubarão. Em 2002, dois homicídios, último ano do governo de Esperidião Amin. Em 2001 não ocorreu nenhum homicídio, em 2002 ocorreram dois homicídios. Em 2009, deputada Ana Paula Lima, ocorreram 22 homicídios! No último ano do governo anterior ocorreram dois! No penúltimo ano do atual governo ocorreram 22! Neste ano, deputada Ana Paula Lima, já ocorreram seis homicídios!

Deputado Jorginho Mello, v.exa. que morou em Tubarão, sabe que é uma cidade ordeira, de povo trabalhador, que nunca figurou nessas estatísticas, mas apenas neste ano houve seis homicídios. Isso dá em média quase um homicídio por semana, deputado Manoel Mota. Quase um homicídio por semana aconteceu na cidade de Tubarão, que v.exa. tão bem conhece. A população está apavorada.

E quando fui levantar esses dados, acabei descobrindo que a Lei n. 12.992, de 9 de junho de 2004, deste governo, obriga o governo do estado a fazer, no máximo em 30 dias após o encerramento do trimestre, o registro e a divulgação dos índices de violência e de criminalidade. E descobri que a última divulgação dos homicídios foi feita no primeiro trimestre de 2008.

Deputado Pedro Uczaí, atente para a gravidade desta informação: a última divulgação da estatística de violência, de homicídios em Santa Catarina é do primeiro trimestre de 2008. Nós estamos concluindo o primeiro trimestre de 2010, estamos por dois anos sem a divulgação da estatística de

violência, de criminalidade do estado. Está sendo descumprida frontalmente a lei que obriga o estado a fazer essa divulgação no máximo em 30 dias depois de encerrado o trimestre.

Deputado Darci de Matos, proponho a imediata convocação do secretário de Segurança Pública, no âmbito da comissão de Segurança, para que venha explicar o porquê da omissão. Por que os números não estão mais sendo divulgados? Por conta disso que está acontecendo na cidade de Tubarão, de que o número de homicídios passou de dois para 22 neste período de governo e seis neste ano, o governo está omitindo e não divulga mais a estatística de homicídios.

Não estou falando de assaltos que atingem a grande massa, mas também de assaltos relâmpagos, deputado Silvío Dreveck, desses que ninguém sabe absolutamente nada. Quem de v.exas. sabe qual é o número de assaltos que a população catarinense enfrenta dia a dia?

Deputado Darci de Matos, essa tem que ser a primeira missão de v.exa., é o apelo que faço em nome da comunidade de Tubarão, em nome do sul do estado, porque nós estamos apavorados.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Joares Ponticelli, v.exa. tem toda razão, a segurança precisa ser melhorada não só em Tubarão, mas em toda Santa Catarina. V.Exa. pode apresentar o requerimento por escrito que vamos convocar imediatamente o secretário para tratar desse assunto tão importante para todos os cidadãos do nosso estado.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, presidente, eu não poderia esperar outra providência de v.exa. Vamos formalizar imediatamente o pedido para que venha a esta Casa o secretário da Segurança Pública, que só pensa em votos, que só pensa em campanha, pois foi a Rio Fortuna, deputado Silvío Dreveck, na última sexta-feira, enquanto um empresário era assassinado em Tubarão, e entregou uma viatura pelas mãos do presidente do PMDB, usando o partido até para isso! É uma politicagem! É por isso que a segurança falhou em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até sete minutos.

O Sr. Deputado Pedro Uczaí - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczaí.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, quero registrar, com alegria, a presença do nosso companheiro e amigo Nivaldo, mais conhecido como Pupo, de Guarimirim, ex-prefeito daquela cidade, e do Nelson, mais conhecido como Pescoço. Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está feito o registro e o deputado Ismael dos Santos está com a palavra, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, há uma preocupação que temos insistentemente colocado desta tribuna, que

diz respeito também à Segurança Pública, deputado Pedro Uczai, que é a prevenção e combate às drogas, uma bandeira que assumimos neste plenário desde que aqui chegamos.

Hoje teremos uma audiência com sua excelência, o governador Luiz Henrique da Silveira, no final da tarde, quando levaremos um projeto de clínica pública para reabilitação de dependentes químicos. Fazemos isso graças à nossa experiência nessa área por mais de 15 anos, aos nossos *comments*, mas de forma específica nas casas de reabilitação, pois eu mesmo já fundei um centro terapêutico, o CTV - Centro Terapêutico Vida -, na cidade de Blumenau, há 12 anos, por onde já passaram mais de mil jovens na sua busca de reabilitação, mas também por haver uma lacuna que precisamos preencher e já estamos atrasados nessa missão, que diz respeito a adolescentes e jovens infratores que precisam de tratamento.

Temos um projeto e temos acompanhado projetos semelhantes ao nosso, inclusive tivemos a oportunidade de acompanhar, nos Estados Unidos, um projeto específico para jovens infratores, encaminhado pelos conselhos tutelares.

Nós temos ouvido as reclamações, as demandas dos conselhos tutelares que não têm para onde encaminhar, deputado Kennedy Nunes, esses jovens infratores, delinquentes, que precisam ser efetivamente isolados da sociedade, mas que também precisam de um acompanhamento no que diz respeito à reabilitação das drogas.

O projeto que vamos apresentar ao governador Luiz Henrique da Silveira estabelece três meses de internação, sendo posteriormente acompanhados durante dois anos por uma equipe multidisciplinar. Nós entendemos que Santa Catarina não pode prescindir de um centro de reabilitação, uma casa, uma perspectiva pública de forma específica para o atendimento desses infratores.

Quero compartilhar também aqui a angústia dos nossos amigos diretores, coordenadores das Apaes de Santa Catarina, pois o ministério da Saúde em 2010, através da Portaria n. 1.635, está fazendo um corte violento, trágico, no que diz respeito ao repasse de verbas para as nossas Apaes, sob a alegação da crise. Então, parece-me que a crise não foi só aquela marolinha, porque atingiu também as entidades assistenciais, que estão desesperadas no que diz respeito ao repasse do primeiro semestre de 2010.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Para contribuir com v.exa., quero dizer que acabei de ler nos jornais que este foi o melhor mês de janeiro da história deste país em termos de arrecadação, cujo valor foi de R\$ 73,7 bilhões. Mas o governo continua realmente se esquecendo da saúde e da educação.

Recebi dos apaeanos de Blumenau um e-mail relatando o que v.exa. está colocando. Quero solidarizar-me com os apaeanos, porque a tarefa que as Apaes realizam é tarefa do poder público, mas mesmo assim o governo federal pratica esse tipo de corte.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Preocupa-me porque não sei se é a crise ou alguma proposta de desmonte por parte de alguns pseudo-técnicos, mas as Apaes merecem o nosso carinho.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Quero reportar-me especialmente à primeira parte do discurso de v.exa., quando levantou a questão das drogas, pois acho que deveríamos falar mais sobre esse assunto aqui e exigir mais.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa do diálogo com o governador Luiz Henrique da Silveira. É preciso haver centros de recuperação de drogados públicos, gratuitos, de acesso fácil, para que a população possa ter um lugar onde se socorrer. Quem tem esse problema em casa está extremamente desesperado. Inclusive, 85% dos problemas de segurança pública estão ligados à problemática das drogas. Então, esse é o ponto que devemos atacar.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Não há dúvidas disso, deputado. As estatísticas dizem que em cada dez conflitos na área da segurança pública, deputado Sargento Amauri Soares, oito com certeza têm o envolvimento de drogas. Adiciono, portanto, seu aparte ao meu discurso.

Sr. presidente, para concluir, estou enviando uma solicitação ao ministério da Saúde, para que reveja os cortes anunciados no repasse para as Apaes, a fim de que não haja prejuízo à saúde dos milhares de usuários atendidos por essas nobres entidades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo registrar com satisfação a presença neste plenário do sr. José Carlos, diretor da TV Educativa Brasil Esperança, de Itajaí e de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos. Está feito o registro.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Também quero registrar a presença do sr. Serginho Pinho, ex-vereador de Laguna, que vem a esta Casa para defender o porto pesqueiro daquela cidade. Com certeza, na audiência que terá amanhã com o governador poderá colher muitos frutos.

Então, agradecemos sua presença e queremos deixá-la registrada nos anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Renato Hinnig, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Professora Odete de Jesus, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, quero falar hoje sobre um grande político do nosso estado, que particularmente para nós, do PMDB, teve uma importância muito marcante. Trata-se de Pedro Ivo Figueiredo Campos, e no próximo dia 27 completará 20 anos de seu desaparecimento.

Foi um dos líderes políticos estadistas da mais pura formação que este estado já conheceu, um peemedebista que deixou

saudades e ainda orgulha o nosso partido pelo empenho e dedicação em sua vida pública, voltada especialmente para o povo.

Pedro Ivo foi o primeiro governador de Santa Catarina eleito pelo PMDB, após 20 anos de ditadura militar. A postura firme e decisiva em um período de transição política foi considerada um marco de determinação, honestidade e luta pela redemocratização em Santa Catarina.

A formação profissional de tenente-coronel do Exército não o impediu de enfrentar o governo de exceção que se apresentava. Pelo contrário, acabou por forjar seu caráter e sua forma de atuar sempre pautada na condução irrepreensível e disciplinada em torno das bandeiras pelas quais sempre lutou.

(Passa a ler.)

"Em registro deixado na internet, também pelo saudoso peemedebista Geovah Amarante, que nos deixou há pouco, a constatação de que aqueles eram momentos difíceis, quando Santa Catarina ainda vivia sob a égide de governos oligárquicos, tinha uma situação financeira sofrível e a população vivia à margem da democracia e dos avanços sociais.

Apesar do pouco tempo que teve para governar e realizar seus projetos em Santa Catarina, Pedro Ivo deixou marcas indelévels na história política do nosso estado. Um dos fundadores do velho MDB, foi um dos maiores prefeitos que Joinville já teve; deputado estadual e federal, Pedro Ivo fez de sua vida um exemplo a ser seguido na atuação política, sendo também uma de suas muitas contribuições a Santa Catarina.

O ex-governador Pedro Ivo, o homem público, o inesquecível companheiro de PMDB, é um exemplo a ser seguido por dezenas de admiradores e amigos que também aderiram à luta política. O governador Luiz Henrique da Silveira iniciou sua formação política pelas mãos de Pedro Ivo, de quem foi companheiro e amigo até os últimos momentos de sua vida.

Não temos dúvida de que os ensinamentos deixados por Pedro Ivo continuam até hoje orientando a atuação de nosso governador, bem como de todos aqueles que tiveram a oportunidade de conviver e aprender com esse ícone da política catarinense, sempre presente em nossa memória.

No atual momento político brasileiro, em que convivemos com fisiologismos, falcatruas, corrupção, interesses particulares sendo colocados à frente dos interesses da nação, da sociedade, ressentimento nos com maior intensidade da ausência de Pedro Ivo Campos. Mas ressentimento nos também da falta da sua palavra sábia, compreensiva e amiga em todas as horas. Sua disciplina e rigidez militar nunca suplantaram o companheirismo e a amizade. Pedro Ivo, guerreiro, lutou, endureceu, brigou pela democracia, por Santa Catarina e pela própria vida. Mas jamais perdeu a ternura. E nesse aspecto, também cumprimento o jornalista Moacir Pereira, que lançou um livro pela Editora Insular, em 2006, sobre a biografia desse importante homem público.

Pedro Ivo, além de ter formação militar, tinha também um exercício muito grande da democracia. E isso o PMDB incorporou, prova disso é o exemplo que está dando mais uma vez: diante da pretensão colocada ao partido pelo prefeito Dário Berger, no sentido de concorrer à eleição deste ano, marcou prévias para o próximo dia 27 de março. Até lá o partido vai-se mobilizar por todo o estado para, no dia 27, todos reunidos aqui na Assembleia Legislativa, escolhermos o candidato do partido a governador do estado de Santa Catarina.

Felizmente o PMDB dispõe de muitas lideranças, como Eduardo Pinho Moreira e

Dário Berger, que já se inscreveram anteriormente para essas prévias. O prazo continua aberto até o dia 1º de março para outros companheiros que entendam dever colocar o seu nome à disposição do partido. Mas nós temos convicção de que com esse exercício democrático, o PMDB, mais uma vez, dará exemplo a Santa Catarina de que é um partido que pratica a democracia na sua essência.”

O restante do tempo será ocupado pelo deputado Antônio Aguiar, dentro do espaço do nosso partido. Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, pelo restante do tempo do PMDB.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, é com satisfação que estamos aqui para continuar a fala do eminente deputado Renato Hinnig sobre o maior partido brasileiro, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que no seu nome já demonstra a sua essência: democracia. E através do partido, com o passar dos anos, nós a fomos exercitando.

Portanto, é a seguinte a deliberação da Executiva Estadual do PMDB:

(Passa a ler.)

“Fica convocada a consulta prévia para a escolha do candidato do PMDB a governador do estado no ano em curso. No art. 2º, a consulta supra aludida obedecerá às seguintes regras: 27 de março é a data das prévias, das 11 às 17h, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O colégio eleitoral é o previsto no estatuto para a convenção. O prazo de inscrição é até 1º de março de 2010.

Já foram deferidas as candidaturas dos companheiros Eduardo Pinho Moreira e Dário Elias Berger. O voto é cumulativo e a convenção estadual, que se realizará nos termos da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, será homologatória para a escolha definida por essa consulta prévia.”

Então, está aí a prévia do PMDB catarinense, que tem o maior número de prefeitos no estado de Santa Catarina e de deputados na Assembleia Legislativa; o PMDB catarinense mostra a sua força também através da democracia, através da escolha do candidato ao governo do estado em 2010.

Mas hoje também, nesses cinco minutos que me restam, eu quero prestar uma homenagem a uma entidade importante, entidade essa internacional.

O Rotary Club Internacional tem como data marcante 23 de fevereiro, dia em que se comemora o aniversário de Paul Harris, o seu fundador. Temos nesta Casa a presença dos rotarianos do município de Canoinhas, representando o Rotary Club daquele município, para fazer uma homenagem aos rotarianos do estado de Santa Catarina.

Os srs. Renato dos Santos, Irineu Osny Brey e Luiz Carlos de Moraes Damaceno são os nossos representantes. Obrigado pela presença, e assim que o nosso presidente determinar, poderão fazer uso da palavra.

(Passa a ler.)

“A data de hoje remete os festejos de uma grande entidade de atuação mundial, o Rotary Internacional, que completa 105 anos de existência.

Na condição de rotariano desde 1983, ex-presidente do Distrito 4740, de Canoinhas, tenho o maior apreço por essa instituição que atua fortemente em favor dos laços comunitários do companheirismo e do bem-estar das pessoas.

O Rotary é uma organização que trabalha para forjar lideranças e pensa na qualidade de vida das pessoas. Atua na difusão das normas de ética profissional, estimulando o cidadão para que trabalhe em favor da comunidade, a partir de sua profissão, a fim de que cada um possa servir de exemplo ao próximo.

Visa à formação de jovens e estimula intercâmbios internacionais, bem como trabalha pela proteção ao meio ambiente, tanto no plano global como a partir de cada comunidade. Promove campanhas de embelezamento e limpeza das cidades e de reaproveitamento de materiais a partir da reciclagem, bem como a conservação do solo e o gerenciamento dos recursos hídricos, só para citar alguns exemplos.

A tradição do Rotary em minha região, que se mantém há décadas, é o apoio solidário aos necessitados, especialmente quando inicia o inverno, que no planalto norte sempre é rigoroso. Aí o Rotary mostra sempre sua força organizando campanhas de captação de agasalhos que são distribuídos a quem precisa muito de apoio.

Lembro que o Rotary é um clube de serviços que preza o rodízio de seus dirigentes, para que todos possam exercer funções de liderança. Exatamente por isso quero cumprimentar José Cesar Kogi e sua esposa, Luciane Wolff Kogi, aqui presentes, que no biênio 2009/2010 presidem o distrito de Canoinhas. Em nome deles quero cumprimentar todos os que se dedicam à causa rotariana.

O Rotary é uma instituição centenária que segue robusta e vigorosa com o seu trabalho pelo mundo, com grandes bandeiras, como o combate à pólio, sempre buscando ampliar sua capacidade de servir.

Nessa data devemos reverenciar a figura do fundador do Rotary Internacional, Paul Harris, um norte-americano polivalente que foi repórter, professor de economia, ator de teatro e vaqueiro, além de representante de uma companhia que comercializava mármore e granito. Ele e três de seus amigos, um alfaiate, um comerciante de carvão e um engenheiro de minas, formaram o primeiro círculo rotariano e reuniram-se em 23 de fevereiro de 1905 para, a partir de então, semear uma grande causa pelo planeta.

Hoje, o lema rotariano é ‘O futuro do Rotary está em suas mãos’. Ou seja, é de cada participante a responsabilidade de difundir os trabalhos do Rotary, mostrar sua importância para a sociedade e fazer ver o seu próximo entender que ele também pode integrar-se, ser um rotariano, para juntos trabalharmos por uma sociedade melhor.

Com a solidariedade de meus colegas de Parlamento, os líderes das diversas bancadas representadas na Assembleia, propus a abertura de tempo para que se fale aqui do Rotary, mas não poderia deixar de também dedicar alguns minutos para essa fala.”

Agradeço aos deputados e às lideranças que nos deram esse tempo para que o Rotary se pronuncie depois, por dez minutos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, assomo à tribuna, na tarde de

hoje, já que não tive a oportunidade como secretário de estado da Saúde, para fazer um agradecimento a todos pela maneira correta e honesta como trataram este deputado na função de secretário. Todos nós aqui, deputados, prefeitos, ex-prefeitos, secretários municipais, enfim, homens públicos, sabemos quanto é difícil fazer saúde num país com todas as dificuldades que temos.

Escutando a manifestação de alguns deputados a respeito do problema que está ocorrendo com as Apaes de todo o Brasil, sinto-me na obrigação também de relatar que o ministro Temporão - e não estou aqui para defendê-lo - tem feito, sim, um belo trabalho no ministério da Saúde.

Fazer saúde pública, atualmente, não é fácil. E não é fácil somente no município, no estado, no país, não está fácil no mundo. Saibam que na maior nação do mundo, que são os Estados Unidos, o presidente Barack Obama está tentando fazer uma revolução na saúde pública e está encontrando muita dificuldade.

Quanto à questão da Apae, especificamente, é um dinheiro que chamamos de extrateto, que não está no orçamento do ministério da Saúde, mas a partir do momento em que a Apae mostra produção, é feita uma média e é mandado mensalmente para aquilo que elas produziram.

Muitos foram pegos de surpresa, no contrapé, e não tiveram tempo para se habilitar perante o ministério da Saúde para receber esse dinheiro. E aqueles que receberam, com certeza foi fundamental para a recuperação, principalmente, da atividade psicomotora dos apaeanos. Infelizmente, não se sabe qual o motivo, mas não há mais esse extrateto, há apenas aquela média e quer-se dividir com o estado a responsabilidade desse orçamento. Mas o estado não tem dinheiro para isso. Com certeza nenhum estado tem tantos recursos para liberar apenas para essa situação da Apae.

Contudo, é importante a manifestação dos deputados e deputadas desta Casa, para que haja sensibilidade política nesse aspecto, a fim de que se leve essa dificuldade ao ministro Temporão, que é um homem sensível, é um técnico capaz e está fazendo um bom trabalho no ministério da Saúde. Podem dizer o contrário, mas não é verdade. Por que não é verdade? Porque é difícil fazer saúde pública. O ministro Temporão não é do meu partido, não é do meu governo, mas tenho, sim, o dever e a obrigação de defendê-lo pelo trabalho que tem feito em nível de ministério da Saúde. Se fosse fácil, estaria tudo resolvido, mas ele pelo menos está no caminho certo.

Também ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para dizer que o *Diário Catarinense* trouxe duas matérias que me chamaram a atenção. Uma muito boa, e até fiquei extremamente feliz, e uma que me deixou preocupado, deputados Jailson Lima, Antônio Aguiar e Serafim Venzon, que também são médicos: o aumento do número de casos de dengue em Santa Catarina. Não são casos autóctones em Santa Catarina, são casos importados, de pessoas que foram para outros estados e acabaram contaminando-se.

Mas Santa Catarina está ficando uma ilha, está-se tornando isolada, é dengue na Argentina, é dengue no Paraná, é dengue no Rio Grande do Sul, não temos mais para onde ir! Eu sempre digo que ainda não temos casos em Santa Catarina. Essa tem que ser a colocação.

Entrarei nesta Casa, provavelmente amanhã ou na semana que vem, com um projeto de lei para acabar com a irresponsabi-

lidade daquele que acha que não tem responsabilidade com a cidadania, com o direito à saúde do vizinho, com o direito à saúde do cidadão do município. Esse projeto de lei visa punir aquele irresponsável, aquele que não faz prevenção em relação à dengue. Tomara Deus que essa doença não entre no estado de Santa Catarina, porque se entrar, v.exas. podem preparar-se para termos uma doença realmente grave, porque pelo fato de não estarmos habituados a ter contato com o seu transmissor, não sabemos a proporção que isso pode tomar, com uma epidemia no estado.

Os prefeitos fazem um bom trabalho e só não temos hoje a dengue no estado porque cada prefeito faz a sua lição de casa, desde Canoinhas até Passo de Torres, de Lages até o oeste.

Então, cada um tem que fazer o seu trabalho, mas não adianta ficarmos colocando a culpa no secretário municipal, no ministro, no secretário de estado, no prefeito ou em quem quer que seja, porque quem tem que fazer a lição de casa é o cidadão dentro da sua casa, no cemitério, na borracharia, no ferro velho. É nesses locais que pode ocorrer a proliferação do mosquito da dengue, se não tivermos o devido cuidado.

Por mais que seja feita a fiscalização, por mais que os agentes de saúde visitem as casas, os prédios, o comércio, muitas vezes a nossa irresponsabilidade ou a nossa falta de informação faz com que tenhamos locais promissores para que haja focos da dengue em Santa Catarina.

Mas nem todas as notícias, deputado Serafim Venzon, são ruins. V.Exa., que é cirurgião, como o deputado Antônio Aguiar, sabe que Santa Catarina ocupa novamente, de acordo com o ministério da Saúde - acredito que os dados devem estar saindo este mês ainda - lugar de destaque em transplantes em nível de Brasil e, por que não dizer, em nível mundial. Se Santa Catarina fosse um país, até o final do ano passado seríamos o 18º colocado na questão de captação de órgãos. Provavelmente estaríamos em 14º ou 15º este ano. Como estado, ocupamos o primeiro lugar, com certeza, graças à sensibilidade do povo catarinense, das pessoas que estão fazendo com que a doação seja vista com outros olhos, seja vista como algo humanitário, um ato de cidadania, que pode fazer um bem a alguém que tem poucas chances de viver de outra forma.

E eu quero aqui abrir um parêntese e dizer que apesar de a vida pública ser difícil, apesar de a secretaria de estado, de o ministério ser difícil, são essas coisas boas que nos alegam, são essas coisas boas que nos fazem ultrapassar aquelas armadilhas, aqueles buracos que a vida pública nos impõe.

Por isso, quero aqui, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão, parabenizar a equipe da SC Transplantes, o médico Jailson Andrade, que por obstinação foi à luta, trabalhou, capacitou os profissionais do interior, sensibilizou o profissional médico da UTI. E isso se deve, deputado Elizeu Mattos, também à política de descentralização do governador Luiz Henrique da Silveira.

Tinhamos, no passado, situações inerentes à capital. Blumenau, hoje, é um exemplo para nós. O Hospital Santa Isabel é um grande exemplo para o nosso país no que se refere à captação e ao transplante de órgãos, pois teve a visão política de levar para o interior do estado, para Xanxerê, Caçador, Chapecó, Joinville e para cidades menores a captação de órgãos. Isso se deve também à visão da descentralização. E é por isso que

sempre tenho colocado, graças a Deus, que a descentralização, principalmente na saúde pública, veio para ficar e não há mais quem a faça regressar.

Hoje, todo o estado clama por saúde pública e a matéria que saiu hoje no *Diário Catarinense* - "Doação de órgãos, um pedacinho de vida" - estimula-nos a dividir com aquela equipe de abnegados médicos, profissionais e enfermeiros o sucesso dessa campanha.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero dizer aqui, no dia de hoje, em nome da nossa bancada, da minha grande satisfação de ter participado, neste final de semana, do IV Congresso Nacional do PT, no ano em que comemora 30 anos de sua fundação.

Esse encontro do nosso partido foi extraordinário e contou com a presença de mais de 1.300 delegados de todo o Brasil, do nosso grande líder, o presidente Lula, do vice-presidente José Alencar, da deputada Professora Odete de Jesus, uma presença marcante, da nossa pré-candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, e também do nosso grande líder José Eduardo Dutra, que vai coordenar o partido nos próximos quatro anos.

Mas eu quero falar depois, se der tempo, em Explicação Pessoal, um pouco mais sobre esse congresso, sobre as grandes diretrizes discutidas pelos membros e delegados presentes e sobre a estratégia eleitoral para este ano.

Vou dividir o tempo do partido com o nosso novo líder, deputado Décio Góes, e quero falar um pouco da experiência e da minha gratidão por ter sido escolhido pela minha bancada para coordená-la de 2009 até o dia de hoje.

Foi uma satisfação muito grande, pois discutimos aqui grandes temas no ano passado, tivemos momentos de glória, mas tivemos também momentos difíceis, de grande responsabilidade, porque o nosso partido sempre exige de nós - e nós mesmos nos cobramos - o melhor trabalho possível, para bem representar a sociedade catarinense neste Parlamento.

Iniciamos o ano de 2009 discutindo grandes temas, como o piso mínimo regional, ocasião em que a nossa bancada teve uma atuação fundamental na construção da lei que instituiu, em Santa Catarina, esse piso; tivemos o debate das contas, a fiscalização e a cobrança das leis, das políticas públicas do nosso estado.

A nossa bancada exerceu também, no ano passado, outras funções fundamentais, como a divulgação das políticas públicas federais e o acompanhamento e a divulgação das grandes conquistas para Santa Catarina, como foi o caso da BR-101; da nova universidade federal no oeste; da luta contra a municipalização do ensino fundamental, tema esse que parece que o secretário da Educação insiste em trazer de volta para a Assembleia, mas o nosso partido é contrário, pois o estado precisa manter a sua função e o seu papel nesse sistema.

Então, quero agradecer e expressar a minha grande alegria pelo trabalho

desenvolvido em 2009 e chamar, então, o deputado Décio Góes para vir fazer a sua fala hoje, em nome do PT, depois de decidirmos, em reunião da bancada, que ele é o novo líder do PT na Alesc.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado ao PT, com a palavra o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Obrigado, deputados Dirceu Dresch, Ana Paula Lima, Pedro Uczai, Padre Pedro Baldissera e Jailson Lima.

De comum acordo, decidimos que neste último ano eu assumiria a liderança do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. É um momento importante, pois vários projetos tramitarão neste ano na Casa. Deve começar novamente um debate mais acirrado sobre a questão da municipalização do ensino fundamental, pois, como dizia o deputado Dirceu Dresch, o secretário insiste na tramitação da matéria. Nós, porém, recomendamos a todos os prefeitos que, enquanto não resolverem a questão do ensino infantil, não assumam novas obrigações no ensino, porque esta, sim, é função do município.

Este é um ano importante, no qual vamos continuar o trabalho que os demais líderes fizeram, que foi manter a unidade da bancada, dar visibilidade, dar espaço para todos os deputados representarem bem o partido e defenderem o nosso projeto nacional e o nosso projeto estadual, ter uma boa relação com a bancada federal e com a senadora Ideli Salvatti. Mas também é um ano difícil, um ano eleitoral, porém começamos muito bem porque há uma unidade jamais vista no Partido dos Trabalhadores e o ambiente é extremamente positivo.

Somos o primeiro partido a lançar sua pré-candidata a presidente da República, a ministra Dilma Rousseff, no último sábado, num congresso nacional extremamente prestigiado, com todos os nossos aliados e futuros aliados presentes. Também temos definida, há tempo, a nossa pré-candidata ao governo do estado, a senadora Ideli Salvatti, e o nosso pré-candidato ao Senado da República, o deputado Cláudio Vignatti. Enfim, é uma unidade importante que já está dando resultado nas pesquisas, uma vez que a ministra Dilma Rousseff vem-se comportando de maneira crescente, de maneira consistente, buscando aliados em vários estados onde provavelmente teremos dois palanques. Teremos palanque no Rio Grande do Sul, já com a aliança também se estendendo ao PMDB que, provavelmente, deverá ser o aliado nacional; no Paraná também, assim como em vários outros estados.

Estamos extremamente animados com a candidatura e com esse desafio de o povo brasileiro eleger a primeira mulher presidente da República, deputada Professora Odete de Jesus, e a primeira mulher governadora do estado de Santa Catarina. É um desafio tão grande quanto o dos Estados Unidos, que elegeram o primeiro presidente negro. Esse é o nosso desafio, porque eleger a primeira mulher tanto lá, como aqui, vai ser de grande importância, pois as mulheres têm mais sensibilidade e estão preparadas para o desafio de fazer o nosso país e o nosso estado mais humanos, mais fraternos, mais solidários, com mais igualdade. E nada melhor do que as mulheres para tocarem esse projeto.

Agradeço à nossa bancada pela oportunidade de liderá-la neste ano e desejo um bom ano a todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Décio Góes. Seja bem-vindo à liderança do Partido dos Trabalhadores. V.Exa. terá de nossa parte, assim como teve o seu antecessor, a mesma cordialidade. Aproveito a oportunidade para agradecer ao deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, hoje não tenho mais como utilizar a tribuna no horário do meu partido. Mas gostaria de deixar registrado que amanhã vou, de alguma forma, utilizar a tribuna para fazer uma denúncia grave contra dois policiais militares de Guaramirim, que agrediram covardemente um parlamentar daquele município, o que trouxe sérias consequências não só ao rapaz, mas também aos seus familiares.

É uma denúncia séria, grave. E o que me deixa ainda mais indignado é que os elementos estão trabalhando como se nada houvesse acontecido.

Amanhã quero utilizar a tribuna para que, pelo menos nesta Casa, possamos fazer a denúncia dessa arbitrariedade, dessa pouca vergonha que aconteceu em Guaramirim.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência convoca a comissão de Segurança Pública desta Casa para que tome conhecimento dos fatos e possa também agir, até porque é um agente político e este Poder, como uma ente político, precisa dar uma resposta à sociedade.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Gostaríamos de anunciar que já instalamos a nova comissão de Legislação Participativa, da qual eu sou a presidente, tendo como vice-presidente o deputado Nilson Gonçalves e como integrantes os deputados Ismael dos Santos, Padre Pedro Baldissera, Lício Mauro da Silveira, Rogério Mendonça e Genésio Goulart.

Eu agradeço a todos esses integrantes. Vamos desenvolver um excelente trabalho nessa comissão, sr. presidente.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pelo mesmo instrumento, queremos informar que também estamos preparados para debater essa situação referida pelo deputado Nilson Gonçalves, ocorrida lá em Guaramirim. Há muita coisa a ser dita além daquilo que ele falou, inclusive que são policiais honestos, trabalhadores e não são marginais fardados como se tem dito nas rádios e nos meios de comunicação no norte do estado.

Estamos preparados para debater esse assunto. Todos os deputados e a população que nos assiste sabem que este deputado não defende policial vagabundo, e esses não são. Eles são trabalhadores, estavam lá cumprindo o seu dever e também foram desrespeitados pelo vereador, que pensa que é xerife na cidade.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esse assunto será debatido amanhã e recomendo que os dois deputados levem o assunto à comissão de Segurança Pública, para que possamos tratá-lo de forma efetiva, até porque se trata de agente político e esta Casa precisa dar uma resposta também política sobre esse assunto.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que constituiu uma comissão especial para indicar nomes para a composição da diretoria da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - Agesan.

Está constituída a comissão, cumprindo o que determina o Regimento Interno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0001/2010, de autoria da Mesa Diretora, que revoga a Resolução n. 0011, de 22 de dezembro de 2009.

Quero, desde já, agradecer à comissão de Justiça por ter feito a tramitação ainda no dia de hoje, tão logo foi composta.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Queria dizer a v.exa. e a todos os catarinenses que eu fui um deputado que votou essa matéria com conhecimento de causa, apenas não sabia a sua repercussão financeira para esta Casa. Fui o único deputado da comissão de Justiça, naquela tarde, que pediu vistas de mesa para analisar a matéria, em virtude de ela ter chegado no afogadilho, como se diz.

Então, quero dizer aos catarinenses e à imprensa o que eu já

disse da tribuna e reafirmo agora: posso votar errado alguma matéria nesta Casa, mas tenho conhecimento de todas elas, não votei sem conhecimento de causa.

Não quero colocar aqui outros deputados no rolo, pois cada um é dono da sua consciência, mas, naquela tarde, 90% dos deputados sabiam o que estavam fazendo. Talvez, volto a dizer, não da repercussão financeira, do montante.

Portanto, justifico aqui que eu sabia o que estava acontecendo e que a medida tomada por v.exa. é, naturalmente, a mais sensata, já que v.exa. não estava no comando desta Casa, como está agora, e não sabia, realmente, o quanto repercutiria.

Mas frise-se, deputado Jailson Lima, que v.exa., através da imprensa, tentou colocar os deputados desta Casa na vala comum, e eu não aceito goela abaixo isso que v.exa. fez. Não me reporte ao fato na última quinta-feira porque estive ausente do plenário. Mas não sou Maria vai com as outras.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência esclarece que o projeto foi encaminhado pela Mesa Diretora e a revogação também...

O Sr. Deputado José Natal (Intervindo) - O deputado era da Mesa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Eu também era da Mesa e assumo a responsabilidade no que diz respeito à minha participação.

Deputado Jailson Lima, se v.exa. permitir, eu encaminharei a matéria e depois vou-lhe conceder a palavra.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade, em turno único.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu não vou discutir o mérito da resolução hoje. Só quero dizer que, às vezes, as pessoas em casa ou na rua pensam que a Consultoria Legislativa nada faz. E quero fazer referência aqui não ao mérito da matéria, mas à capacidade dos nossos consultores legislativos, que são pessoas capacitadas tecnicamente, que nos ajudam no dia-a-dia no nosso trabalho. Repito que não estou fazendo referência, em momento algum, ao mérito da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h36 para votação da redação final desta matéria.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 16h36, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Darci de Matos - Décio Góes - Derli Rodrigues - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Exalta a Alesc por revogar a resolução que concedia gratificação aos consultores legislativos.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Elogia o trabalho da Consultoria Legislativa.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Comunica a renúncia do vice-governador do DF, Paulo Octávio.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Discorre sobre os problemas na área da saúde.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Concorde com as dificuldades por que passa o setor da saúde.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Comunica realização de reunião na comissão de Segurança para tratar do caso do vereador de Guarimirim que foi agredido.

DEPUTADO DERLI RODRIGUES (pela ordem) - Registra a presença do prefeito e de vereadores de Flor do Sertão.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Tece considerações sobre o IV Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores; explicita linha de atuação em 2010.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Acusa a administração de Blumenau de aumento abusivo da passagem do transporte coletivo.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Relata atividades do final de semana; reporta-se a projeto que prevê a criação de programa que garanta aos agricultores familiares o recebimento da diferença de valor nos produtos vendidos abaixo do preço mínimo estipulado pelo governo.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Comunica participação na Tecnoeste, em Concórdia.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Trata de conquistas do sul catarinense e dos problemas da duplicação da BR-101/sul e da barra do porto de Laguna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Não vou entrar na discussão do mérito da votação de hoje, até porque eu já manifestei em dezembro uma posição contrária a essa matéria.

Portanto, acho que a Assembleia Legislativa faz um gesto de maturidade política e de reconhecimento do erro. Não fiz estardalhaço nenhum na imprensa porque esse não é o meu papel. Temos que fortalecer o Parlamento, assim como a lisura, a transparência e a ética.

Não vou entrar no mérito se foi boa ou ruim a matéria anterior. O que temos que votar agora é a revogação da resolução e depois discutir qualquer outra matéria referente à concessão de gratificação nesta Casa.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, sobre essa matéria que causou polêmica, quero apenas deixar claro que a correção que a Assembleia Legislativa faz, hoje, sob sua Presidência, deputado Gelson Merísio, não pode fazer com que coloquemos na berlinda os nossos consultores, que são pessoas muito importantes para este Parlamento e que gozam da nossa confiança e continuarão gozando. Portanto, não é por uma questão dessas, que é uma questão menor, que eles deixarão de ter o nosso respeito.

Sabemos que foram milhares de consultoria que aqueles profissionais prestaram a todos nós, parlamentares. E não só de projetos em andamento, mas de ideias de projetos de lei, de anseios que temos que, juridicamente, avaliar se devem ou não se adequar à técnica legislativa.

Então, cumprimento a Mesa e a Casa por repararem um erro cometido - e há beleza em reparar e reconhecer um erro. Mas também quero registrar a minha confiança irrestrita no trabalho dos nossos consultores, pois sem eles seria impossível darmos sequência ao nosso trabalho legislativo e trazermos a este plenário os anseios da população catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0001/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Há uma solicitação do deputado Antônio Aguiar, com a concordância dos demais líderes, para que haja a suspensão da sessão por até dez minutos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero dar a notícia - porque esta é uma casa política e todos nós, brasileiros, estamos acompanhando os fatos - de que o Distrito Federal acaba de ficar sem governador, pois Paulo Octávio renunciou ao mandato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado, pela informação.

Deputados, vou passar a Presidência ao deputado Jailson Lima, pois tenho que fazer uma viagem para representar a Assembleia Legislativa num evento. O deputado Jailson Lima, na Presidência, pode fazer uso da palavra e, com o mesmo direito que teve o deputado José Natal, fazer suas colocações sobre a questão.

Passo a condução dos trabalhos ao deputado Jailson Lima, vice-presidente desta Casa, e peço que suspenda a sessão logo em seguida, conforme entendimento dos líderes, para que o deputado Antônio Aguiar possa fazer uma homenagem ao Rotary Club Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Tendo em vista o fato da citação nominal, como parlamentar desta Casa, entendo que a Assembleia corrigiu uma distorção, quero deixar muito claro a todos os companheiros desta Casa, assim como ao povo catarinense, deputado José Natal, que em nenhum momento criamos alardes.

Reconheço o papel da Consultoria Jurídica. Inclusive, alguns dos funcionários visitaram-me no gabinete hoje pela manhã. Eu tive a tranquilidade de recebê-los, conversar e reconhecer o trabalho da Consultoria Jurídica e a importância que tem nesta Casa.

Agora, o que disse aqui é que discordava da forma como foi encaminhado o projeto, tendo em vista que havia sido encaminhado pelas comissões através da assinatura das lideranças. Disse ainda que tomei providências na medida em que uma série de pessoas entraram no meu site e questionaram determinados julgamentos. Assim como v.exa. disse que tinha conhecimento de causa, eu questionei um conjunto de deputados desta Casa que afirmaram não ter conhecimento de causa com relação aos valores da gratificação aludida.

Diga-se também, a bem da verdade, que os consultores legislativos já recebiam R\$ 2.500,00 cada um. São 37 consultores jurídicos para um colegiado de 15 procuradores. Desses 37, e há reconhecimento entre eles, alguns não executam suas funções como deveriam, sendo questionados, inclusive, pelo seu trabalho, mas não me cabe aqui nominá-los.

O importante é que, na medida em que tomei providências para retirar o adicional de insalubridade, não poderia ter um comportamento diferente, dando a alguns

funcionários desta Casa uma gratificação de R\$ 9 mil, que é quase o que recebe de salário um deputado. A Assembleia Legislativa teve a humildade de corrigir essa distorção nesta tarde e isso é sinônimo de maturidade política do Parlamento.

Por isso, dou por encerrado esse assunto e a minha posição aqui será sempre no sentido de estabelecer critérios de verdade.

Neste momento, damos por suspensão a sessão, por ouvirmos o sr. Renato dos Santos, por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito, após feita a troca com o deputado Derli Rodrigues, é o deputado José Natal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, iniciando a minha fala da tribuna, quero cumprimentar o nosso vereador Ademar, que está nesta Casa tratando de assuntos de sua cidade e que está de aniversário hoje. Parabéns ao amigo!

Sr. deputados, na semana passada falei, da tribuna desta Casa, do problema do Hospital Regional São José, que tem 28 anestesistas e passa por dificuldades, alguns desencontros com a equipe médica, não conseguindo marcar um número grande de cirurgias para realmente dar conta da demanda existente.

Neste momento quero agradecer, desta tribuna, ao dr. Jorge, diretor daquela unidade hospitalar, que tem feito de tudo para melhorar o atendimento; quero agradecer também ao dr. Emerson pelo e-mail, no qual fez uma exposição das dificuldades com que trabalham, dos problemas com o SUS, de quanto ganha um médico anestesista: R\$ 30,00 para uma cirurgia. Isso não tem jeito.

Então, quero dizer que embora a minha angústia seja para a resolução dos problemas em favor da sociedade, também entendo que o SUS, o governo do estado e o governo federal devem rever a questão da tabela para as equipes médicas, para que esse fator não sirva de motivo para o boicote, que só prejudica aqueles que mais precisam.

Quero dizer que tenho em mãos um encaminhamento médico de uma criança do interior de Canoinhas, desde o mês de abril de 2007, solicitando uma cirurgia urológica no Hospital Infantil Joana de Gusmão com certa urgência. Trata-se de encaminhamento médico de Canoinhas, datado de 2007, que tem um grifo bem grande: com urgência!

Ontem a mãe veio ao referido hospital com a criança, que está com três anos de idade, e lamentavelmente voltou para casa frustrada porque não viu perspectiva de lograr êxito na cirurgia que necessita o seu filho. Os pais são agricultores que, com certeza absoluta, muito trabalharam na roça contribuindo com impostos para que os médicos neste país pudessem formar-se com dinheiro público. Acredito que a maior parte dos médicos que temos no estado tenha estudado na nossa gloriosa Universidade Federal de Santa Catarina, ou seja, com dinheiro público, com dinheiro da população que paga impostos e que necessita do carinho, de retribuição na hora de uma cirurgia.

Lamentavelmente, catarinenses, não é isso que temos percebido. Quantos e quantos ajudaram a pagar a faculdade de um médico que se formou? Quantos? São milhares e milhares, mas nós vivemos num caos. E esse

caos eu vivenciei no domingo de manhã, no Hospital Governador Celso Ramos.

Um amigo meu, de São José, um vereador, teve um AVC e foi transferido do Hospital Regional de São José porque o aparelho que ele necessitava estava com problemas, para o Hospital Governador Celso Ramos. Sabem o que aconteceu? Ele ficou, com mais 19 pessoas, numa maca das 17h de sábado até as 17h de domingo. Eles estavam na maca por quê? Porque a demanda é grande, porque os hospitais da região não suportam mais a demanda.

Quando um paciente chega à emergência, srs. deputados, ele recebe o atendimento de imediato, mas se ele necessita de um quarto, necessita de uma cirurgia, começa o dilema.

Fica aqui o meu pedido e o meu alerta de que há urgência em construir um hospital em Biguaçu. O governador Luiz Henrique assinou convênio com o prefeito José Castelo Deschamps para a construção de uma unidade hospitalar em Biguaçu.

No último fim de semana estive em Palhoça com o governador Luiz Henrique da Silveira, com o deputado federal Gervásio Silva e com o secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter Galina, ocasião em que sua excelência assinou um protocolo de intenções com o prefeito Ronério Heiderscheidt, no sentido de que também em Palhoça seja construído um hospital. Nós precisamos disso com muita urgência, a fim de que não tenhamos que vir a esta tribuna relatar casos como esses que acabei de citar.

Deputado Serafim Venzon, ontem à tarde falei com v.exa., que foi muito prestativo e hoje me trouxe uma possível solução, o que eu agradeço. Não deveria ser dessa forma, não era para aquela mãe agricultora - e mesmo que não fosse agricultora - vir lá do interior e voltar frustrada. Se não havia a possibilidade de o urologista realizar a cirurgia, que fosse encaminhado o caso para outro médico que talvez pudesse fazê-la em uma semana ou 15 dias, dependendo do que o caso requer. Mas a verdade é que não lhe deram nenhuma perspectiva e ela voltou para casa frustrada.

Então, fica aqui o meu alerta. E reitero ao dr. Emerson, que respondeu por e-mail a minha observação, que o entendo, assim como entendo também grande parte dos médicos, não a totalidade, porque existe muito médico mafioso, isso existe. Desculpem a expressão, mas existe. Há aqueles que se dedicam, que se entregam de corpo e alma, mas há também aqueles que não exercem a profissão de acordo com o juramento que fizeram. Tanto é que no ano passado vimos médicos dentro do hospital cobrando para fazer uma cirurgia. Inclusive, para aquela mãe, ontem, foi dito, dentro do Hospital Infantil, que a cirurgia particular custaria R\$ 14 mil. Ela não tem essa quantia, e essa também é a sua frustração.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Ouço o deputado Serafim Venzon, que é médico e está-me ajudando nesse caso. Essa ajuda é para uma pessoa que me procurou, que necessita com urgência de atendimento.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado José Natal, meus parabéns pelo pronunciamento.

Vejo que a sua preocupação é tão grande quanto a nossa e não se trata somente de resolver o problema desse ou daquele, precisamos resolver os problemas de todos ou, pelo menos, da grande maioria daqueles que precisam.

Lamentavelmente, o serviço público de saúde do estado precisa melhorar, apesar dos grandes esforços que temos feito. E Santa Catarina ainda é um dos melhores do Brasil, graças ao grande trabalho que o nosso deputado Dado Cherem fez à frente da secretaria da Saúde. Todos nós conhecemos o seu empenho, mas, infelizmente, o SUS, que é regido pelo ministério da Saúde, tem que ser revisto em muitas coisas, sim, urgentemente, justamente para permitir que se aporte um maior volume de recursos, principalmente para resolver os problemas.

Mas vou-me pronunciar ainda hoje a esse respeito. De qualquer maneira, v.exa. tem razão e precisamos somar esforços para resolver isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pelo que percebo e vivencio na região da Grande Florianópolis, há necessidade de mais um hospital, sim. A demanda é demasiadamente grande, o conglomerado da região é enorme e só o Hospital Regional São José, o Governador Celso Ramos e o Hospital Universitário não dão conta da demanda.

Vimos que há paciente dentro do Hospital Regional de São José há 29 dias tentando fazer uma cirurgia na mão e não consegue. Está lá, usando uma cama que outra pessoa poderia usar. Não é o diretor que é incompetente! Talvez, não sei, seja problema de administração. Volto a frisar o problema dos anestesistas e quero aqui reiterar o pedido de uma solução para essa questão, no sentido de diminuir a angústia das pessoas.

Gostaria de parabenizar os rotarianos pelo Dia Mundial do Rotary, pois eles têm um papel importante na vida das comunidades no mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Estivemos em contato com o presidente da comissão de Segurança, sr. presidente, e entendemos que seria interessante termos uma reunião extraordinária no dia de amanhã, às 18h, para tratar daquele caso do qual já falei ao microfone, que diz respeito ao PPS, ao deputado Derli Rodrigues que, inclusive, tem uma farta documentação.

Eu entendo que ao invés de se criar uma polêmica, uma gritaria aqui no plenário, porque eu não vou ficar quieto e o deputado Sargento Amauri Soares também não, é muito melhor que tenhamos uma reunião na comissão de Segurança e que as partes envolvidas, tanto quem apanhou como quem bateu, os responsáveis por quem bateu, a pessoa que apanhou, enfim, todos os envolvidos, possam estar presentes.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Derli Rodrigues.

O SR. DEPUTADO DERLI RODRIGUES - Sr. presidente, quero cumprimentar o prefeito de Flor do Sertão, meu vizinho, Rogério Perin, que nos prestigia com sua presença, acompanhado dos vereadores do PPS, Jair de Freitas Noronha, o Dinho, e Zeferino Luiz Prasniski. Também gostaria de saudar Ozair Coelho de Souza, o Polaco, que vai assumir, na próxima semana, por 60 dias a Assembleia Legislativa em nosso lugar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, há pouco me pronunciei no horário reservado aos partidos e iniciei uma avaliação sobre o resultado do nosso grande congresso, ocorrido em Brasília, na última sexta-feira e no último sábado.

Esse grande congresso, como já havia comentado, deu a posse à nova direção do partido, eleita no Processo de Eleições Diretas, o PED, em novembro. Além disso, definiu as grandes estratégias políticas de alianças, um projeto para o Brasil, uma pré-proposta para o plano de governo, a fim de dialogar, inclusive, com os demais partidos que estarão, juntamente com o Partido dos Trabalhadores, na eleição deste ano. O partido também definiu que a nossa grande liderança, hoje ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, será a candidata oficial do Partido dos Trabalhadores às eleições deste ano.

Foi um grande e extraordinário evento, que animou a nossa militância pelos temas debatidos, pela perspectiva eleitoral de novamente reforçar a grande discussão dos projetos de desenvolvimento para o Brasil, que poderá tornar-se logo, logo a 5ª ou 6ª economia mundial nos próximos anos.

Esse é o grande debate, mas também há alguns temas que, com certeza, virão muito fortes para o debate do dia-a-dia, porque são os temas que o Partido dos Trabalhadores sempre defendeu: o fortalecimento do estado, as políticas públicas e a não-privatização.

Além disso, precisamos mostrar para a sociedade brasileira que a grande mídia está tentando colocar na cabeça das pessoas que o governo do Partido dos Trabalhadores está inchando a máquina pública. A verdade, deputado Sargento Amauri Soares, é que o PT está justamente, no governo, cumprindo as funções do estado, ou seja, fortalecer a administração, contratar mais pessoas para dar segurança ao povo brasileiro, para fazer com que a Polícia Federal cumpra sua função; para contratar mais médicos para a área da saúde; para melhorar o Programa Saúde da Família; para atender a população e avançar na questão da educação, que foi um dos temas sobre os quais a ministra Dilma Rousseff, na sua fala, foi muito enfática.

Aqui em Santa Catarina temos um exemplo bem concreto, porque estamos, através de concurso público, contratando profissionais para as escolas técnicas federais, que estão avançando em cada região. Outro exemplo é a nova Universidade Federal da Fronteira Sul, que vai iniciar suas atividades agora e precisa de professores, precisa de uma equipe para funcionar, assim como a UFSC, que sofreu expansões para o sul do estado, para Joinville e para Curitiba.

Então, para nós isso não é inchar o estado, é devolver à população em serviços aquilo que ela paga de impostos, porque a questão central não é deixar de pagar impostos, mas pagá-los e receber serviços públicos de qualidade.

Na Europa, por exemplo, em grande parte dos países os impostos são mais altos do que no Brasil. Agora, se o jovem quer estudar numa universidade pública, ele pode; o atendimento de saúde é garantido, é gratuito. Já no Brasil, historicamente, a saúde e a educação foram sempre uma mercadoria. O nosso projeto, o projeto do PT, tem como linha central o fortalecimento do papel do estado, a não-privatização, a não-diminuição do estado

como ente público, como fomentador da política pública de desenvolvimento do país.

Para finalizar a minha fala de hoje, quero agradecer o grande apoio que tive da bancada e das lideranças aqui presentes, como o prefeito Rogério Perin e os vereadores de Flor do Sertão. Dizer também da satisfação de ter coordenado a bancada do PT durante o ano passado e de, neste momento, assumir a presidência da comissão de Turismo e Meio Ambiente, para tratar desse tema que está em pauta em todo o mundo, em função do aquecimento global, da problemática do lixo, do problema da água e de tantos outros. Vamos assumir essa comissão com a grande responsabilidade de dar ao tema ambiental o debate, a discussão que ele merece. A grande necessidade e perspectiva da população catarinense é, com certeza, continuar desenvolvendo o estado, continuar gerando emprego, mas tendo uma responsabilidade muito grande com a questão ambiental.

Nós temos uma ligação muito forte com o meio rural catarinense e esse tema vai ser muito forte e vamos poder discuti-lo, além de tratar de muitos desafios, como as novas perspectivas, os novos projetos de lei que vêm pela frente e da implementação das leis já aprovadas. E refiro-me, especificamente, ao Código Ambiental de Santa Catarina, que trouxe mudanças importantes, praticamente já incorporadas pelo Código Florestal Brasileiro, principalmente no que se refere às pequenas propriedades.

Temos que fazer com que de fato as modificações aprovadas sejam colocadas em prática em favor da população catarinense, como, por exemplo, a remuneração pelos serviços ambientais, que foi um dos grandes temas que trouxemos para o debate neste plenário.

Então, temas como esse com certeza estarão presentes no dia-a-dia na nossa comissão, nesta Casa, nesta tribuna, dialogando com a sociedade catarinense sobre a responsabilidade de cada cidadão deste estado e do Brasil com o meio ambiente, porque para o futuro, com certeza, esse é um tema que estará cada vez mais forte na perspectiva do desenvolvimento do estado, dos municípios, do país e do mundo.

Por isso, é nessa perspectiva que assumimos a comissão para de fato fazer um bom trabalho juntamente com os demais parlamentares e com toda a equipe de funcionários, que estarão trabalhando conosco nesse tema.

Estamos muito grato e com muita vontade de continuar o trabalho, sr. presidente!

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

A próxima oradora inscrita é a sr. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, público que nos dá a honra de acompanhar pessoalmente esta sessão ordinária da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, vou fazer uma releitura, um relato, deputado Dirceu Dresch, do ano de 1997, quando o governo popular, tendo à frente o prefeito Décio Lima, na cidade de Blumenau, iniciou a sua administração e um dos graves problemas enfrentados na época foi o transporte coletivo.

Encontramos, srs. deputados, uma frota de ônibus na cidade de Blumenau

sucateada, construída em cima de carrocerias de caminhões, com horários e linhas fixas que duravam mais de 20 anos não respeitando, inclusive, o aumento da área urbana.

Este drama foi enfrentado com seriedade pelo governo popular, formado pelo PT e PPS, Décio Lima e Inácio Mafra.

Construímos um novo sistema e garantimos a integração total do transporte, com o pagamento de passagem única entre os bairros. Construímos terminais urbanos; centenas de ônibus foram comprados, modernizando a frota e tornando-a a mais jovem do país. Instituímos o domingo livre, que garantia, uma vez por mês, o livre acesso da população ao transporte coletivo, permitindo que as famílias de baixa renda pudessem utilizar esse dia para passeio em visita aos seus familiares. Implantamos os ônibus alpinos, pois Blumenau é uma cidade montanhosa, garantindo o acesso ao transporte nos morros de nossa cidade, onde mora o povo mais carente. Instituímos novas linhas e horários, como o madrugada e a linha do cidadão e do trabalhador, porque na nossa cidade as pessoas acordam muito cedo para trabalhar nas indústrias.

Além dessas implementações e inovações, exigimos a contrapartida social das empresas de ônibus, que tiveram a obrigação de asfaltar e pavimentar inúmeras ruas da cidade de Blumenau.

Blumenau, srs. parlamentares, durante o governo popular foi premiada internacionalmente em Barcelona, na Espanha, pelos excelentes serviços de transporte coletivo prestados à população. A satisfação dos usuários beirava os 100% e por ser uma cidade muito quente, os ônibus tinham ar condicionado. Fomos referência nacional e internacional no quesito transporte coletivo.

Infelizmente, sras. deputadas e srs. deputados, na data de hoje esse trabalho está sendo desconstruído pelo governo de João Paulo Kleinübing. Nesta semana, os usuários do transporte coletivo de Blumenau foram penalizados, mais uma vez, pelo aumento abusivo do preço da passagem de ônibus, numa demonstração de descaso e desrespeito para com a população.

Hoje houve mais uma manifestação. A partir de agora o povo de Blumenau está pagando uma das maiores tarifas de ônibus do Brasil, isso se não for a maior: R\$ 2,55 para quem pagar adiantado e R\$ 2,95 para quem pagar em dinheiro. Na verdade, praticamente R\$ 3,00, pois entrei no ônibus e como o cobrador não tinha R\$ 0,50 de troco, ficou por R\$ 3,00 mesmo. Significa um verdadeiro assalto ao bolso dos blumenauenses.

Os usuários do transporte coletivo de Blumenau são vítimas de uma administração municipal desprovida do mínimo de razão, de vergonha e de respeito ao cidadão. O atual prefeito de Blumenau insiste em brincar de governar, porque só quem brinca é que comete tamanha barbárie com o bolso do contribuinte!

O município de Blumenau terceirizou o transporte coletivo e o usuário passou a ser vítima de um serviço caro e sem a mínima qualidade. Onde estão os novos terminais urbanos, sr. prefeito municipal de Blumenau? O senhor está há quase seis anos no comando da cidade e não construiu nenhum. Falta o terminal do Badenfurt, promessa sua, de Itoupava Central e de Água Verde. E os terminais que existem, carecem de manutenção e estão em péssimo estado de conservação.

Andem de ônibus em Blumenau para ver como está o transporte coletivo, que está cobrando R\$ 2,95 a passagem! Como não se

consegue a planilha de custos que determinou o aumento da passagem, o Judiciário está sendo acionado para analisar a constitucionalidade dessa majoração.

Trago alguns dados e se o Poder Judiciário de Blumenau não os tem, posso fornecer e dar até o *site* para que faça a consulta, pois os dados espelham a realidade do transporte coletivo em Blumenau. Esses dados não são desta deputada, são dados oficiais divulgados no sistema de transportes que regula o sistema de transporte público da cidade de Blumenau. Estão no *site* oficial da autarquia municipal e vão demonstrar e comprovar o que vou dizer na data de hoje.

A quilometragem total percorrida por mês diminuiu 690 mil quilômetros durante o governo Kleinübing. Dos 18 milhões, 110 mil quilômetros foram rodados por mês, em 2004, quando havia o governo popular do Partido dos Trabalhadores; em 2009 passou de 17 milhões e 420 mil quilômetros rodados. Essa diminuição na quilometragem significa que foram retirados ônibus e linhas foram reduzidas.

A frota que estava à disposição da população em 2004 era de 260 ônibus. Neste ano, 2010, estamos com 258 ônibus. Considerando que nesse período a população de Blumenau aumentou, segundo o Sebrae de Santa Catarina, 2,39% ao ano, a frota, ao invés de diminuir, deveria ter aumentado, srs. deputados!

O custo de manutenção dos terminais em 2004, quando eram administrados pelo Seter, no governo do PT em Blumenau era de R\$ 28.790,69; agora, em 2010, quando estão precários, o custo declarado no *site* oficial do Seterb é de R\$ 300 mil, ou seja, um aumento de 940%, srs. deputados! Tudo isso segundo a planilha do Seterb!

Então, quem paga essa conta? Quem está pagando essa conta são os usuários do transporte coletivo de Blumenau! Esperamos que o Ministério Público do município de Blumenau revise esses dados. Em 2009, quando a tarifa foi reajustada para R\$ 2,30, uma das justificativas da administração municipal foi que a frota precisava ser renovada, com a aquisição de 59 ônibus.

Pasmem, catarinenses, que nos estão acompanhando pelos meios de comunicação, foram comprados somente 12 ônibus, isso com o aumento da passagem do ano passado. Mais uma vez a população de Blumenau está sendo enganada pela administração do sr. Kleinübing e do sr. Rufino Seibt, dizendo para aquela população pagar uma tarifa de R\$ 2,95, que é uma das passagens mais caras do país.

Houve um aumento de 940% na manutenção dos terminais rodoviários, deputado Sargento Amauri Soares: era de quase R\$ 29 mil em 2004 e em 2010 passou para R\$ 300 mil. Está acontecendo algum desvio e espero que o Ministério Público de Blumenau veja esses casos. A população de Blumenau não pode pagar essa conta, esse aumento exorbitante da passagem de ônibus, uma das mais caras do nosso país.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, inicialmente quero fazer o registro, sr. presidente, da presença do prefeito municipal de Flor do

Sertão, do extremo oeste do estado, Rogério Perin, juntamente com os vereadores daquele município. Quero dizer da satisfação e da alegria de estarmos juntos na administração municipal daquele município e também do importante trabalho que está sendo realizado em prol da população daquela cidade. Desejo sucesso à administração municipal, porque acho que é para isto que somos escolhidos, ou seja, para promover uma vida melhor para o nosso povo.

Seja bem-vindo a esta Casa, feito Rogério Peri!

Mas eu gostaria, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, de colocar alguns temas que foram referência neste final de semana, quando estivemos em contato com a base do nosso estado em várias situações.

Quero destacar, inicialmente, uma atividade importante da qual participei em São Miguel d'Oeste: a formatura de tecnólogos em Gestão Ambiental. Aliás, a Unoesc, Universidade do Oeste de Santa Catarina, formou a primeira turma em Gestão Ambiental e eu tive a alegria, a satisfação de ter sido convidado para ser paraninfo dessa turma de 39 formandos.

Srs. deputados, para mim foi um momento importante. Mas por que estou realçando tanto isso? Porque fui escolhido como paraninfo dessa turma pelo fato de defender veementemente, nesta Casa, as questões ambientais do estado de Santa Catarina.

V.Exa. deve lembrar que dei entrada, na Assembleia, em 2003, a um projeto de lei que tratava do pagamento por serviços ambientais. Mais tarde tive a grande satisfação de ter esse projeto acatado pelo relator, deputado Romildo Titon, que apensou-o ao projeto do governo do estado, que foi aprovado, com muita satisfação, por todos nós no ano passado, tornando-se lei. Agora será dado início ao pagamento aos agricultores pelos serviços ambientais.

Assim sendo, fui escolhido para ser paraninfo dessa turma, como já falei, exatamente pela minha defesa, pelo meu compromisso com as questões ambientais. As pessoas do interior do estado sabem disso, reconhecem o meu trabalho incansável em defesa da questão ambiental, sabem da minha intenção, da minha dedicação na defesa dos pequenos agricultores daquela região. Esse foi o primeiro evento de que tive a alegria de participar.

O segundo momento extremamente positivo e importante foi na região do vale do rio do Peixe, mais propriamente no município de Tangará, onde participei da 3ª Fecauva - Feira Catarinense da Uva -, um trabalho belíssimo iniciado por vários movimentos sociais daquela região.

Estivemos lá com a administração municipal e com vários segmentos da sociedade realizando o terceiro seminário da Fecauva. Muitas pessoas estiveram presentes, como produtores de uva, cantineiros, assim como movimentos sindicais e sociais de várias regiões do nosso estado, de vários municípios, para fazer um debate importante sobre a cadeia produtiva da uva.

Eu tive a satisfação de, naquele momento, apresentar várias iniciativas minhas neste Parlamento, que nasceram de debates e de discussões com aquelas organizações, como, por exemplo, a questão do suco de uva, do vinho, o fundo para alimentar a cadeia produtiva da uva. E agora se inicia uma discussão sobre a

questão da redução do ICMS sobre os produtos vinculados à cadeia da uva, o que acho justo diante de tantos incentivos dados a outros segmentos, a outros setores da sociedade, como à indústria da cerveja, do chope.

Portanto, a partir desse seminário faremos vários debates. E seria interessante trazê-los para a Assembleia Legislativa, a fim de encaminharmos algum processo legislativo que permita a redução ou isenção do ICMS com relação à produção e venda de vinho, à produção e venda de suco de uva e, quem sabe, de outros derivados da uva, como ocorre com os vinhos finos em Santa Catarina. Inclusive, nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul estão isentos do ICMS.

Por fim, quero trazer presente, nesta Casa, uma nova iniciativa do meu mandato. Desejo apresentar projeto de lei para que o governo do estado de Santa Catarina crie um programa que garanta aos agricultores familiares e camponeses o recebimento da diferença de qualquer tipo de produto que eles comercializem abaixo do preço mínimo, pois lá na ponta eles podem ter perdas.

Esse debate que estamos fazendo na sociedade vamos fazer também na Assembleia Legislativa, chamando, inclusive, o governo do estado para esse compromisso. Que o nosso agricultor familiar, que trabalha na terra, que produz grãos ou outro tipo de produto, ao comercializar um produto abaixo do preço mínimo possa ser ressarcido dessa eventual perda.

Eu acho que é um debate interessante e não podemos deixar que esse assunto seja discutido somente em nível nacional, pois cada estado tem que ter também uma política diferenciada para tratar dessas questões. É um tema bom para conversarmos e com certeza os agricultores familiares vão bater palmas porque isso diz respeito e interessa-lhes diretamente.

Eu, como filho de agricultores, nas férias ia para a roça trabalhar. Por isso tenho minhas mãos calejadas, mas não tanto quanto a dos agricultores. Estou trabalhando no dia-a-dia na roça, ajudando nas atividades do meu pai e da minha mãe que, com 80 anos, continua a labutar. Não perdi minha identidade mesmo com o exercício de meu sacerdócio e como parlamentar. Enquanto eu puder estarei lá ajudando, porque gosto disso e identifico-me com essa atividade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Pedro Baldissera, e parabéns pelo seu pronunciamento.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, quero informar a v.exa., que é da nossa querida cidade de Concórdia, que vou representar este Parlamento amanhã na abertura da Tecnoeste, a convite do prefeito municipal e das lideranças daquele município. Levarei um abraço de todos os parlamentares, que desejam que os concordienses tenham sucesso naquele grande evento, que projeta o futuro de Concórdia e de toda a região.

Então, quero fazer esse registro e dizer que amanhã não estarei aqui porque

vou representar este Parlamento na abertura da Tecnoeste, em Concórdia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Vamos estar juntos lá, deputado Pedro Uczai.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, nobres parlamentares, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense, quero deixar registrado, nos anais desta Casa, a presença do vereador José Francisco Possamai, de Sombrio, um líder com seis mandatos naquela região, e do vereador Agenor Colares Gomes, que tem dois mandatos porque só disputou dois, outro líder daquela região, acompanhado do diretor da Câmara Municipal, que faz um trabalho extraordinário, com uma atuação brilhante. Eu considero a Câmara de Vereadores de Sombrio a mais atuante no estado de Santa Catarina no ano que passou.

Organizamos a ida do secretário da Agricultura, que levou mais de R\$ 550 mil sem juros para o pequeno agricultor. O ex-deputado Ivan Ranzolin, da SC Gás, está elaborando um projeto para levar gás natural para Sombrio. A Segurança Pública também está presente, pois já temos o Corpo de Bombeiros com suas viaturas.

No ministério dos Transportes, na licitação internacional entraram empresas que cuidam da fiscalização, da qualidade da obra. E quanto à execução da obra? Onde estão essas empresas? Onde se meteram? Porque é uma vergonha para Santa Catarina a atuação dessa empresa na BR-101, que não é cobrada por ninguém! Será que terei que agir novamente? Eu acho que já fechei umas cem vezes a BR-101, respondo a quatro processos por isso. Será que terei que responder a mais um?

Perguntaram-me outro dia por que não fecham o posto de pedágio que está roubando dinheiro da população. Eu disse que se trata de uma licitação internacional. O deputado Sargento Amauri Soares esteve várias vezes comigo naquele posto de pedágio e eles dizem que é uma licitação internacional e que não podem fazer nada. Ora, pelo fato de ser uma licitação internacional, meu caro presidente, pode trabalhar quando quer, pode fazer o que quer? O prazo está vencido e não houve nenhuma punição. Isso é uma vergonha!

Então, é preciso que nos mobilizemos, e nós iremos mobilizar-nos. Talvez façamos uma caminhada ou uma paralisação em Araranguá e em Sombrio. E se for feito isso, todos já sabem que não será por dez minutos. A mesma coisa acontece em Tubarão: estão fazendo um elevador, mas já está crescendo capim por cima e não concluíram ainda a obra. É brincadeira o que está acontecendo em

Santa Catarina! Uma obra que devia ser motivo de orgulho para o Brasil, que é a duplicação da BR-101, está sendo prejudicada porque algumas empresas sem compromisso e sem responsabilidade ficam devendo para os terceirizados, não pagam os hotéis e ninguém faz nada!

O posto de pedágio ainda não está concluído, mas já estão cobrando! Já aumentaram o pedágio indevidamente, roubando o dinheiro da população. Para que somos eleitos? Para defender o povo! E v.exa. pode ficar tranquilo porque todos estarão conosco no movimento. Paralisamos cinco vezes para dizer que o pedágio é um assalto, um roubo, porque a estrada não está concluída, mas nada foi feito. A senadora disse que a praça de pedágio sairia dali, mas não estou vendo nada, não houve mudança nenhuma, então, continuo com dúvidas muito grandes.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço v.exa., que esteve comigo em todos os momentos da paralisação contra a cobrança indevida do pedágio na BR-101.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado pelo aparte, deputado Manoel Mota.

Eu queria parabenizar v.exa. por mais um pronunciamento em defesa do transporte, em defesa do direito de ir e vir da população do sul do estado, da população catarinense e do sul do Brasil, que precisa daquela rodovia.

Eu falei aqui, na semana passada, na semana do Carnaval, que as empreiteiras ganham milhões e milhões de reais de imposto pago pela população. Elas deveriam fazer as obras como os carnavalescos fazem o carnaval. Estou falando do artista, daqueles que constroem, que planejam e que trabalham no sentido de fazer com que a escola de samba execute bem o seu desfile na avenida. Eles começam seis meses antes e constroem aquela maravilha que é a maior festa popular do mundo.

A duplicação da BR-101/sul, quantos anos já está fazendo, deputado Manoel Mota? Isso é um absurdo, é caso de Polícia, de Marinha, de Exército e de Aeronáutica! É um absurdo o que estão fazendo com o dinheiro público, é um acinte à paciência da população do sul do estado e do sul do Brasil! É um acinte a cobrança de pedágio, pois antes de fazer qualquer melhoria já estão aumentando o valor, já estão mordendo mais forte. É um absurdo o que fazem com a população catarinense! É preciso que nos unamos e façamos com que os contratos sejam cumpridos, colocando na cadeia empresário corrupto que participa da licitação, dá o preço, ganha, assina o contrato e não executa a obra. Isso, sim, é caso de polícia!

Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, eu queria pedir mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Manoel Mota, eu lhe daria esse tempo, com muito prazer, mas o horário regimental está chegando ao final e há ainda inscrito o deputado Derli Rodrigues.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Peço um minuto só, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito bem, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu acho que quando a população elege um parlamentar é na esperança de que ele alcance resultados para a sua região. Aqui é feito um trabalho como numa empresa, em cima de resultados, buscando resultados. Se uma empresa não tem resultados, ela quebra. E o resultado do trabalho do político são as conquistas para a região. Nós conquistamos muitas coisas como as obras para a conclusão de aeroportos, o investimento extraordinário no porto de Imbituba, etc.

Amanhã haverá uma audiência pública para tratar de um contrato de R\$ 18 milhões, que com os aditivos foi para R\$ 40 milhões, mas ainda não concluíram a barra do porto de Laguna. Então, evidentemente que vamos questionar e saber para onde foi esse dinheiro, que é do povo, que é dinheiro público. E o dinheiro público não pode parar no bolso de ninguém, tem que ir para as obras, para as ações que são fundamentais para desenvolver o porto de Laguna e transformá-lo no maior porto pesqueiro e no maior porto turístico do Brasil.

Portanto, vamos defender e vamos...

(Pronunciamento interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Deputado Derli Rodrigues, faça uma consulta a v.exa., pois dentro do horário regimental, eu tenho a possibilidade de conceder-lhe a palavra por cinco minutos. Consulte se v.exa. deseja ficar como o primeiro orador na sessão de amanhã ou se falará agora por cinco minutos.

(O deputado Derli Rodrigues desiste de falar.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Então, v.exa. será o primeiro orador de amanhã, em Breves Comunicações.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 118, de 25 de fevereiro de 2010

Retifica o demonstrativo de despesa com pessoal referente ao 1º quadrimestre de 2009, aprovado pelo Ato da mesa nº 196, de 29 de setembro de 2009.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º QUADRIMESTRE DE 2009
(MAI/2008 A ABR/2009)
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o demonstrativo de despesa com pessoal, referente ao período compreendido entre Maio/2008 e Abril/2009 - 1º Quadrimestre 2009, com os valores apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado, na forma do Anexo deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Valmir Comin - Secretário
Deputado Moacir Sopelsa - Secretário

Em R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	204.691.880,74	0,00
Pessoal Ativo	157.941.810,79	
Pessoal Inativo e Pensionistas	46.750.069,95	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18 § 1º da LRF)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (Art. 19, § 1º da LRF) (II)	9.892.834,71	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	659.435,65	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	1.042.427,77	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 1	8.190.971,29	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	194.799.046,03	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	194.799.046,03	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.599.473.647,25	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,84	
LIMITE MÁXIMO (inciso II, art. 20 da LRF) - 2,20%	233.188.420,24	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 2,09%	221.528.999,23	

FONTE: DF.

Florianópolis, 03 de fevereiro de 2010.

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0014.2/ 2009, QUE DISPÕE SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA PRIMEIRO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE, ÀS NOVE HORAS, NO AUDITÓRIO ANTONIETA DE BARROS, NA ALESC

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e nove, às nove horas e trinta minutos, realizou-se no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), por proposição da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc, audiência pública para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 0014.2/ 2009, que dispõe sobre a municipalização do ensino fundamental no Estado de Santa Catarina. Dando início à audiência pública, a **mestre de cerimônias, senhora Soraia Boabaid**, deu boas-vindas a todos e convidou para tomarem assento à mesa as seguintes autoridades: deputado Marcos Vieira, presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Alesc; deputado Pedro Uczai, presidente da Comissão de Educação da Alesc; deputada Professora Odete de Jesus, presidente da Comissão de Legislação Participativa da Alesc; deputado Manoel Mota, presidente da Comissão de Trabalho e Serviço Público da Alesc; deputado Joares Ponticelli, neste ato representando o deputado Silvío Dreveck, presi-

dente da Comissão de Economia da Alesc; deputado Darci de Matos, presidente da Comissão de Segurança Pública da Alesc; deputado Romildo Titon, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Alesc; deputado Elizeu Mattos, líder do governo; senhor Paulo Roberto Bauer, secretário de Estado da Educação; senhor Silvestre Heerd, diretor-geral da Secretaria de Estado da Educação; senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, secretário da Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis e presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (Undime/SC); vereador Vitor Olimar Minella, presidente da Câmara Municipal de Itá, neste ato representando os presidentes das Câmaras Municipais do Estado; senhor Leoberto Weinert, presidente da Fecam (Federação Catarinense dos Municípios) e prefeito de Canoinhas, neste ato representando o senhor Ronério Heiderscheidt, prefeito de Palhoça; senhora Joaninha de Oliveira, coordenadora estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC). Ato contínuo, a mestre de cerimônias passou a condução dos trabalhos ao **deputado Marcos Vieira, presidente da Comissão de Finanças e Tributação**, que inicialmente deu boas-vindas a todos e esclareceu que a audiência pública foi convocada conjuntamente pelas Comissões de Finanças e Tributação, de Educação, de Legislação Participativa, de Trabalho e Serviço Público, de Economia, de Segurança Pública e de Constituição e Justiça da Alesc. Comentou que o governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, remeteu à Casa o Projeto de Lei Complementar nº 0014.2, razão pela qual foram realizadas audiências públicas primeiramente nas cidades de Chapecó e Lages, nas quais ele

foi questionado e reprovado em virtude da forma como foi apresentado. Disse que o governo do Estado foi cientificado das preocupações colocadas nessas duas audiências e que o secretário Paulo Bauer enviou, então, um substitutivo global a esse PLC nº 0014.2 na tentativa de equacionar essas preocupações e dúvidas, acrescentando que o debate hoje seria em torno desse substitutivo global, que foi distribuído aos presentes na audiência. Explicou a dinâmica da audiência pública quanto à ordem da concessão das falas, definiu um tempo de duas horas de duração e registrou a presença dos deputados estaduais Vanio dos Santos, José Natal Pereira, Padre Pedro Baldissera, Dirceu Dresch, Lício Mauro da Silveira e Décio Góes. Dando continuidade à audiência, passou a palavra para que explicasse o referido projeto de lei ao **senhor Paulo Roberto Bauer, secretário de Estado da Educação**, que saudou os presentes e evidenciou que o tema era complexo por se tratar de uma mudança importante na gestão e na estrutura da educação catarinense. Informou que a partir de dois mil e dezesseis todas as pessoas entre quatro e dezesseis anos de idade serão obrigadas a frequentar os bancos escolares, como já acontece no ensino fundamental no Brasil, e explicou que por uma medida constitucional, recentemente promulgada, essa obrigatoriedade alcançará o ensino médio. Considerando que Santa Catarina tem cerca de um milhão e seiscentos mil alunos na rede de ensino médio pública e privada, afirmou que mais ou menos cento e cinquenta mil alunos completam o ensino fundamental todos os anos, salientando que se todos esses alunos entrarem no ensino médio, no primeiro ano a demanda será de cento e cinquenta mil alunos, no segundo ano de trezentos mil alunos e no terceiro ano de quatrocentos e cinquenta mil alunos. Sobre o número de alunos em Santa Catarina hoje no ensino médio público e privado, disse que são raríssimas as escolas municipais e federais de ensino médio, informando que há duzentos e vinte mil alunos e que faltarão duzentas e trinta mil vagas em função da obrigatoriedade, o que por óbvio repercute em uma providência a ser tomada para dar conta dessa demanda. Observou ainda que quase a metade dessas duzentas e vinte mil vagas hoje no ensino médio são ocupadas por alunos que frequentam o curso noturno, informou que a partir dessa obrigatoriedade ficará proibido qualquer tipo de trabalho para esses alunos e afirmou que nenhum pai ou mãe permitirá que o seu filho frequente a escola no período noturno a partir dessa imposição de estudar no ensino médio. Diante da situação que precisa ser construída, salientou a necessidade de ofertar um ensino médio melhor do que o atual num contexto de atividades extracurriculares e de formação profissional mais ampla e acentuada, apontando um problema conhecido, visível e real: a criação de mais duzentas e trinta mil novas vagas e talvez mais cem mil vagas que terão que ser transportadas do período noturno para o diurno. Observou que em três anos, a partir de dois mil e dez, não se conseguirá formar todo um contingente de professores para sanar essa demanda nem construir todos os prédios para dar conta de todos esses alunos, assim como não se conseguirá fazer isso apenas com os recursos que o Estado dispõe para aplicar na educação, avaliando que é preciso aproveitar o modelo institucional existente de repasse de recursos do Fundeb para o município ou para o Estado a fim de criar condições de atendimento a essa nova demanda. Enfatizou que existem milhares de crianças de um a quatro anos fora das creches e das escolas infantis, que as prefeituras devem ampliar o número de vagas para esse nível de ensino e que não se justificava a prefeitura cuidar da criança na idade pré-escolar, passar essa criança para uma escola do Estado e depois o Estado a receber de volta para o ensino médio. Comentando que exemplos não faltam de boas redes municipais de ensino, afirmou que é possível, sim, permitir que essas crianças permaneçam no ensino municipal e venham para o ensino estadual quando as novas vagas no ensino médio forem criadas. Informou que noventa e cinco por cento dos professores da rede estadual têm formação superior e que quase quarenta por cento já frequentaram cursos de especialização. Ponderou que o professor licenciado em História que dá aulas para a sexta série do ensino fundamental pode dar aulas de História para o ensino médio e opinou que não se pode perder essa mão de obra qualificada que já existe. Afirmou que o ensino médio vai crescer e precisar de melhores professores, salientando que já se tem esses profissionais vinculados ao Estado e com direitos adquiridos, os quais vão ser preservados. Argumentou que a explicação detalhada que fez foi para que todos compreendessem que não se pode deixar as coisas como estão, que é preciso construir um caminho que permita ao Estado e aos municípios avançar para melhorar a estrutura educacional e viabilizar mais oportunidades educacionais. Informou que cerca de oitenta prefeituras já manifestaram interesse em aderir a um projeto de municipalização e fizeram reparos ao primeiro projeto de lei enviado à Alesc, ao qual foi apresentado um substitutivo global a partir das manifestações da Undime, liderada pelo professor Rodolfo Pinto da Luz, e das conversações com a Fecam. Prosseguindo, comentou cinco pontos desse novo projeto de lei. Como primeiro ponto, destacou que a lei não é impositiva mas autorizativa e que a partir da aprovação dessa lei pela Alesc somente os municípios que tiverem lei municipal aprovando a

adesão é que realmente poderão aderir. Frisou que as decisões da população serão acatadas, que não haverá decisões isoladas do prefeito ou do secretário municipal, acrescentando que no processo democrático quem fala pela comunidade catarinense são as Câmaras de Vereadores e que quem fala pela população de Santa Catarina é a Assembleia Legislativa. Destacou que a lei ainda é um instrumento de gestão pública neste país e que por isso a lei estadual, se for aprovada, vai impor que a Câmara Municipal também se manifeste. O segundo ponto do projeto de lei por ele abordado foi que não haverá transposição de alunos. Comentou que a municipalização não é integral, imediata e total, mas um processo que poderá levar até nove anos, ou seja, o município que começar agora em dois mil e dez o primeiro ano do ensino fundamental estará em processo até o nono ano do ensino fundamental, isto é, até dois mil e dezenove. Deu como exemplo que se uma turma de alunos for matriculada no ano que vem na Escola Estadual Básica Getúlio Vargas, localizada no município onde houve o processo de municipalização, eles terão aulas na escola estadual mas serão alunos da rede municipal para efeito de censo, para efeito de professo (será professor municipal) e para efeito de proposta político-pedagógica, que terá que ser compatibilizada entre Estado e município. Informou que o número de alunos para o ano que vem será praticamente o mesmo deste ano; que em dois mil e nove matricularam-se em todas as escolas do Estado vinte e três mil alunos e que na primeira série do ensino fundamental há quinhentos e cinquenta e um professores efetivos dos quase cinco mil que estão nas séries fundamentais, sendo metade deles ACTs. Ressaltou que não se está falando de uma revolução ou de uma guerra, mas de um processo que em dois mil e dez teria início com vinte e três mil alunos, os quais em nove anos se transformariam em quatrocentos e cinquenta mil se todos os municípios aderissem ao que propõe o substitutivo. Complementou que esse processo no ano que vem mexerá não com os quarenta e três mil professores efetivos do Estado, mas com quinhentos e cinquenta e um, acrescentando que esses professores efetivos poderão ser tanto da primeira série quanto da segunda no ano seguinte, da terceira no ano posterior e assim consecutivamente. Em virtude das manifestações e vaias por parte da plenária durante as explicações do secretário Paulo Bauer, o senhor presidente, deputado Marcos Vieira, pediu aos participantes respeito e cooperação para que o secretário pudesse completar a sua exposição. Retomando a palavra, o senhor secretário Paulo Bauer deixou claro que não estava ali para agredir ninguém, mas para apresentar o projeto integralmente. Observou que o projeto até poderia ser rejeitado por deliberação da Casa, mas enfatizou que não concebia não poder apresentar por completo o projeto ou haver prejulgamentos antes que pudesse terminar a explicação sobre ele. Rebateu a constantes manifestações da plenária durante o seu pronunciamento dizendo que se ao final da sua fala recebesse por parte da plenária uma sonora vaia, saberia aceitá-la, mas reiterou ser indispensável apresentar o projeto por completo para que todos tivessem compreensão dele. Continuando, explicou que os professores passariam de uma série para outra, acrescentando que se entre os dois mil e trezentos professores efetivos ainda restassem professores que não estivessem qualificados para ministrar aulas da quinta série até o ensino médio, o projeto de lei previa a situação de o governo pagar a faculdade para os professores que quisessem fazer especialização, já que muitos estavam no estilo antigo e tinham somente o ensino médio. O terceiro ponto abordado pelo secretário em relação ao projeto de lei é que não há nenhuma situação de prejuízo na vida funcional de nenhum servidor da educação porque os direitos dele estão consagrados. Explicou que se algum professor não desejar seguir em frente ou não desejar se reciclar, pode permanecer na rede municipal cedido pelo Estado e sem nenhum prejuízo salarial. Dito isso, realçou as três alternativas para os professores dentro desse projeto de lei: ou avançar nas séries, ou reciclar a carreira através de uma faculdade, de um curso de especialização, ou permanecer como estão sem nenhum prejuízo para a sua vida funcional. O quarto ponto por ele abordado foi sobre a proposta desse projeto de lei: que nos primeiros cinco anos a escola seja administrada por um diretor da rede estadual de ensino, cabendo ao Estado todas as despesas que englobam a dinâmica escolar e ficando a cargo da prefeitura somente o pagamento do salário dos professores das turmas municipalizadas. Complementou o secretário que a partir do quinto ano a direção da escola passaria a ser do município, que assumiria o ônus da gestão e da manutenção, e no nono ano o prédio passaria para a prefeitura, que ficaria responsável por todos os custos, investimentos e manutenção da estrutura física. Por fim abordou o quinto ponto, qual seja, que o Estado de Santa Catarina precisa discutir esse tema porque é um dos últimos Estados do Brasil a discutir e implementar a municipalização do ensino fundamental. Sobre o que as pessoas falam, ou seja, que o Estado tem vinte e cinco por cento para gastar, que o repasse do Fundeb é insuficiente porque o aposentado ainda é pago com os recursos desses vinte e cinco por cento; que esse nível de ensino deve ser mantido pelo Estado para não prejudicar o servidor, questionou com que recurso os

novos professores serão contratados quando forem criadas as duzentas e trinta mil novas vagas no ensino médio por conta dos vinte e cinco por cento dos recursos do Estado, respondendo ele mesmo que o recurso virá do mesmo repasse, passando a ser dividido pelo dobro de servidores, o que ocasionará menor remuneração. Continuando, disse que a Secretaria quer que os municípios participem da municipalização e que os recursos do Fundeb que hoje vêm para o Estado cheguem também aos municípios, mas que seja feito de forma tal que enquanto um recurso vai para o município por conta do ensino fundamental o outro recurso vem para o Estado por conta do ensino médio. Lembrou que o recurso que o Fundeb repassa *per capita* é tanto para o ensino médio quanto para o ensino fundamental, avaliando que se for mantido esse valor ou o número compatível de servidores na estrutura da Secretaria da Educação, a categoria não sofrerá perdas, pelo contrário, ganhará por conta da ação dos municípios, que incrementarão o nível de ensino, farão concurso público, permitirão que novos professores ingressem na rede, o que irá melhorar todo o ensino. Em seguida, colocou-se à disposição de todos, disse que o projeto de lei procurou contemplar todas as possibilidades e comentou que a Secretaria não chegou a um acordo com a Undime porque a Undime reivindicou que os municípios poderiam escolher quais escolas entrariam primeiramente no projeto, enquanto que a posição da Secretaria era que ou o município municipaliza tudo ou não municipaliza nada, caso contrário cria-se o problema de se ter uma escola bem organizada em detrimento de outra que não terá as mesmas características. Observou que pode acontecer de uma escola ser municipalizada ano a ano e que pode haver diferença de uma escola para outra, mas ela tem que ser total em termos de rede. Pediu a ajuda dos deputados para a discussão do projeto e seus ditames e disse mais uma vez disse que não existe possibilidade de o Estado continuar fazendo educação de qualidade quando há municípios catarinenses com uma rede municipal de ensino englobando seis, sete, oito escolas com no máximo cento e trinta alunos. Finalizando, exemplificou que se um município tem duas escolas com trezentos alunos cada uma, ele está fazendo menos do que pode, uma vez que tanto os prefeitos como a Secretaria Municipal de Educação podem fazer mais porque não dependerão do recurso do município, já que o recurso do Fundeb é apropriado para isso, manifestando sua certeza de que esse município terá grandes avanços. Dando continuidade à audiência pública, o senhor presidente, deputado Marcos Viera, passou a palavra ao senhor Marcos Fey Probst, assessor jurídico da Fecam, que saudou todos e questionou de que forma irá se reformar o ensino público, gratuito e de qualidade para o ensino fundamental. Contou que a mãe dele era professora em Blumenau, que ele frequentou a escola municipal e fez faculdade na UFSC e frisou ser de extrema importância para o Estado de Santa Catarina o tema da audiência. Questionou por que a Federação Catarinense dos Municípios trouxe um advogado para expor a visão da entidade em relação ao projeto de lei e lembrou que a Fecam não tem uma posição política, mas eminentemente técnica. Registrou que existem vários prefeitos a favor e contra a municipalização do ensino fundamental e que diante disso a Fecam não teria como se posicionar contra ou a favor do projeto de lei. Falou que o primeiro ponto positivo desse projeto de lei era o fato de ele ser facultativo, o que era extremamente elogiável, e que diante do interesse de muitos prefeitos pela municipalização a Fecam tinha muitos pontos em discussão com o Estado e com a Secretaria da Educação. Agradeceu e reconheceu, em nome da Fecam, os avanços feitos no projeto de lei e apresentou três pontos que a Fecam considera essenciais para a concretização do ensino fundamental. O primeiro ponto, que o servidor público estadual é responsabilidade do Estado de Santa Catarina, não sendo cabível, portanto, que o município arque com uma responsabilidade que é do Estado. O segundo ponto, que haja no projeto de lei um artigo permitindo a municipalização das unidades escolares individualmente, comentando que embora os argumentos do secretário Paulo Bauer tenham sido razoáveis, interessantes e tenham tido uma razão para existir, a Fecam compreendia isso de forma isolada e considerava esse um pleito dos prefeitos interessados na municipalização, explicando ser essa uma posição técnica da entidade. O terceiro ponto, que haja repasse do Fundeb ainda no ano de dois mil e dez. Sobre isso, comentou que se os cofres do Estado estão apertados, nem é preciso entrar no mérito dos cofres dos municípios, que estão em extrema dificuldade. Referiu-se a uma matéria noticiada no Diário Catarinense mostrando a opinião dos prefeitos sobre a municipalização, observando que todos levantaram um fato incontestável e facilmente comprovável pelas prestações de contas do Tribunal de Contas de Santa Catarina: que o município gasta em média de vinte e oito por cento a trinta e um por cento da sua receita em educação, enquanto que a obrigação constitucional é vinte e cinco por cento. Enfatizou que o município é responsável constitucionalmente pelo ensino infantil e esclareceu que a Fecam não está dizendo que o município não deve cuidar do ensino fundamental e até do ensino médio, deve cuidar se puder, mas alertou os prefeitos para o fato de que quando houver uma criança sem uma vaga em creche, o Ministério Público, com toda razão, entrará com uma

ação civil pública e o juiz concederá uma liminar determinando que seja aberta uma vaga na rede infantil. Reiterou que o projeto de lei que institui a municipalização é importante e que essa discussão tem que ser feita com seriedade, dizendo que existem vários municípios viáveis à municipalização. Alertou novamente os prefeitos para que cuidem da educação infantil, lembrando que essa é uma responsabilidade somente dos prefeitos. Abordando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), explicou que o município que deseja assumir algumas séries do ensino fundamental deve estar ciente de que de um lado terá receita do Fundeb e de outro lado despesas com pessoal, lembrando que alguns municípios estavam trabalhando no seu limite de gastos com despesas de pessoal e que a LRF fixa cinquenta e quatro por cento da receita corrente líquida como limite de gasto de pessoal no Poder Executivo. Salientou que se deve examinar o projeto de lei no seu lado eminentemente técnico, deixando de lado as questões político-partidárias, e enfatizou que a municipalização pode ser interessante ao município que tem possibilidade e viabilidade de adesão mas desde que tome cuidado com o ensino infantil e com o limite de gastos com despesa de pessoal, porque são assuntos que podem gerar tanto condenações judiciais quanto rejeição de contas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado. Concluindo sua manifestação, agradeceu a oportunidade, colocou a entidade à disposição e reconheceu a iniciativa do governo em harmonizar esse projeto de lei, pedindo aos prefeitos que cuidem também dos interesses do município. Na sequência, o senhor presidente, deputado Marcos Vieira, registrou a presença dos deputados Sargento Amauri Soares, Professor Grandó e Sílvio Dreveck e passou a palavra ao senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, secretário municipal de Educação de Florianópolis e presidente da Undime/SC, que lembrou primeiramente que a educação brasileira é compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais, complementando que os governos municipais são obrigatoriamente responsáveis pela educação infantil e compartilhadamente com os governos estaduais pela educação fundamental, que os governos estaduais são responsáveis pelo ensino médio e que o governo federal e os governos estaduais, bem como os governos municipais que, além do mínimo constitucional, têm condições de oferecer esse nível de ensino, são responsáveis pela educação superior. Observou que quando se fala em municipalização da educação fundamental não se trata de uma obrigação a ser transferida aos municípios, e sim de compartilhamento entre Estados e municípios. Analisou que o Ideb de Santa Catarina, de quinta a oitava série, é o melhor do Brasil por causa desse compartilhamento de responsabilidades e comentou que como hoje a maioria dos alunos do ensino fundamental está sob a égide dos municípios catarinenses, a municipalização já acontecia. Concordou que a responsabilidade de ampliar o atendimento à educação infantil é dos municípios, informando que hoje o atendimento a crianças de zero a três anos de idade gira em torno de dezessete por cento e a crianças de quatro a cinco anos de idade em torno de setenta por cento. Prosseguindo, disse que os secretários municipais da Educação já haviam ressaltado esse ponto, nas reuniões da Undime, ao secretário Paulo Bauer e ao governo federal, porque embora seja obrigação oferecer mais assistência técnica e financeira, também deveriam ser compartilhadas essas assistências, uma vez que somente os municípios não teriam condições de ampliar o atendimento. Lembrou que a PEC 277 foi transformada na Emenda nº 59, que derrubou a Desvinculação de Recursos da União (DRU) no campo da educação, considerando isso um grande feito, e salientou que para atender a obrigatoriedade da PEC 277 em dois mil e onze serão necessários mais onze bilhões de reais, acrescentando que até dois mil e dezesseis obrigatoriamente serão matriculados na pré-escola de todo o Brasil mais novecentas e oitenta e seis mil crianças, sendo quarenta e uma mil crianças em Santa Catarina. Destacou que para atender o Plano Nacional de Educação, que prevê que em dois mil e dez cinquenta por cento das crianças de zero a três anos estarão na educação infantil, deverão ser incluídas mais quatro milhões oitocentos e dezesseis mil crianças, o que necessitaria mais sete bilhões e novecentos milhões pelo custo médio orçamentário de hoje, que está na base de mil seiscentos e quarenta e sete reais, o que significa, em relação a crianças de quatro e cinco anos de idade, mais dois bilhões duzentos e cinquenta e cinco crianças, concluindo, então, que serão dez milhões a mais que os municípios teriam que despender, que é exatamente o valor que a DRU retornava para a educação. Informando isso, sugeriu que, estando a DRU derrubada, esse valor deveria ser destinado diretamente aos municípios brasileiros, avaliando que mesmo assim os municípios não teriam como financiar a educação média, já que mais dois milhões e trezentos e oitenta e seis mil jovens no Brasil e noventa mil em Santa Catarina na faixa etária dos quinze aos dezessete anos não estão no ensino médio, significando isso mais três bilhões e setecentos. Salientou que a DRU, nos valores de hoje, não era suficiente para bancar a expansão da educação infantil, muito menos da educação média, isso se a distribuição fosse diretamente aos municípios, explicando que via Fundeb só serão beneficiados os Estados mais carentes, que Santa Catarina não recebe do Fundeb

federal e que é apenas uma redistribuição de recursos entre os municípios catarinenses e o Estado. Ressaltou que como secretário da Educação tem dito aos prefeitos para meditem bem sobre qualquer municipalização, porque para os alunos do ensino fundamental, com idade de seis a quatorze anos, que já eram atendidos pela rede municipal e estadual, isso não significaria um atendimento a mais, e sim transferência, enquanto que para a educação infantil significaria atender a mais, acrescentando que os municípios têm condições de atender se houver financiamento correspondente. Sobre o projeto de lei, salientou que cada município tem poder de decisão: que deve haver tanto diálogo como escuta das críticas e das propostas, reconhecendo que o secretário assim o fez; que cada município deveria fazer a municipalização parcialmente e não integralmente; que o tudo ou nada era inaceitável e impossível, opinando que a lei deveria esclarecer que poderia ser municipalizada parcialmente uma escola ou eventualmente o sistema. Afirmou que, transferidos os alunos, a verba do Fundeb, embora insuficiente para a manutenção desses alunos, deveria vir imediatamente e que o transporte escolar deveria continuar sendo mantido diretamente pelos municípios. Resumindo, disse que o projeto avançou ao garantir direitos e que o projeto era um processo gradual e muito bem meditado. Fez referência à fala do senhor Marcos Fey Probst quando este abordou as solicitações dos conselhos tutelares, as ações judiciais, o ajuste de conduta com o Ministério Público para garantir as vagas da educação infantil, e advertiu que se não houver uma reestruturação do sistema de responsabilidades na educação nacional, tem que se olhar com cautela qualquer processo de municipalização. Concluiu sua manifestação opinando que se deve garantir educação de qualidade para todos. Em seguida, fez uso da palavra a senhora Joaquina de Oliveira, coordenadora estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte), que iniciou a sua fala dizendo que apesar de o sindicato utilizar o termo municipalização, o que estava em discussão era prefeiturização. Citou o primeiro conceito clássico de educação, segundo o qual educação é uma necessidade civilizatória, e rebateu o que disse o professor Rodolfo sobre o município assumir o ensino fundamental nos próximos anos, afirmando que não era isso o que mostrava o projeto, uma vez que dizia que o aluno ora pertencia ao município, ora ao Estado. Enfatizou que o projeto apresentava uma fusão das pedagogias entre as escolas e que pedagogia é a socialização do conhecimento baseado na incorporação do aluno enquanto sujeito social e baseado no entendimento de que o professor tem que receber pelo menos para comer. Salientou que nas audiências públicas realizadas pelo Sinte em mais de cem municípios a resposta foi "não" ao projeto de municipalização e que as Câmaras de Vereadores não aprovaram o projeto porque os vereadores, pensando nos votos que precisarão ganhar nas futuras eleições, também dirão "não". Contou que numa dessas audiências uma secretária municipal disse que o custo de um aluno no município foi dois mil oitocentos e trinta reais, lembrando que os meios de comunicação dizem que o Estado dará apenas mil e quinhentos reais por aluno. Acrescentou que o custo de um aluno no ensino infantil foi de três mil e oitocentos reais e que, portanto, foram investidos cem por cento do Fundeb e mais vinte por cento do município, analisando que se não se arrumar dinheiro, o ensino estará inviabilizado, porque faltarão dezessete milhões. Questionou por que o Estado agora quer negociar com o município e se realmente o Estado irá dobrar o ensino médio e, conseqüentemente, construir mais prédios, afirmando não ser verdade que o Estado vai construir prédios, como o secretário apresentou. Avisou que essa era uma discussão para fazer com que de fato a prefeiturização fosse colocada em ação e deixou claro que não quis desrespeitar ninguém, observando que os trabalhadores em educação estavam muito nervosos porque já ficaram sem salário e porque ficarão sem saber o que acontecerá com eles no próximo ano. Pediu que antes da saída do secretário, que será candidato e que tem outro rolo para explicar a respeito da Câmara Federal, apresentassem o seguinte plano: piso profissional como vencimento base para toda a categoria, incorporação do Prêmio Educar, eleição direta em todas as escolas, financiamento da educação pelo PIB e a não implantação da municipalização, considerando esta última uma intervenção na cabeça dos alunos, na vida dos profissionais, na vida dos pais e no cotidiano do sindicato. Enfatizou que educação de qualidade se faz com respeito e pediu, além de respeito, que fosse marcada uma audiência com a categoria. Prosseguindo, disse que em todos os lugares a demanda de crianças de zero a quatro anos dobrou e que o município ainda não dava conta dessa demanda. Finalizou sua manifestação pedindo que nenhuma criança fique fora da escola, que os professores sejam valorizados, que não haja municipalização e que a luta continue. Ato contínuo, o senhor presidente, deputado Marcos Vieira, passou a palavra aos senhores deputados, concedendo-a inicialmente ao senhor deputado Vanio dos Santos, que cumprimentou todos e disse que havia pensado em fazer um discurso eloquente mas que não o faria porque o momento era de reflexão. Afirmou que compreendeu naquele momento o porquê da resistência na Comissão de Finanças quando defendeu o requerimento do deputado Décio Góes para que fossem realizadas audiências nas

regiões norte, sul e na Capital, em continuidade às realizadas em Chapecó e Lages: porque o debate não interessava ao governo do Estado. Reportando-se diretamente ao secretário Paulo Bauer, esclareceu que estavam discutindo ideias e não pessoas e concordou que Santa Catarina é o último Estado a implementar o processo em foco, lembrando que em Estados como São Paulo e Rio de Janeiro a experiência mostrou que esse processo piorou a educação e que o nosso Estado deveria aprender com os exemplos. Também concordou com o secretário quando disse que Santa Catarina era o último Estado em diversos aspectos, salientando que realmente seremos o último Estado a criar a Defensoria Pública, quase o último em saneamento e quase o último a pagar piso para os servidores do Estado. Afirmou que o governo pode errar porque é inerente ao ser humano errar, salientando que reconhecer o erro é bonito, como fez a Assembleia quando reconheceu que errou ao aprovar um projeto que obrigava cada lotérica a ter um segurança. Evidenciou que o deputado Darci de Matos ajudou a corrigir esse erro e explicou que como o custo mensal desse segurança seria em média três mil reais, quase a média de lucratividade da lotérica, o dono da lotérica iria trabalhar por nada. Comentando que o partido dele também já errou, afirmou que hoje era o partido do secretário Paulo Bauer que estava errando em Brasília, advertindo que não se poderia admitir isso como regra geral porque nada poderia ser generalizado. Contou que havia lido o substitutivo no decorrer da audiência e questionou se haveria ou não ônus para o município, respondendo ele mesmo que sim, porque o projeto estava deixando a categoria insegura, afirmando que a educação não iria melhorar. Discorreu sobre a manifestação generalizada dos prefeitos realizada no centro cultural e registrou a sua admiração pelo fato de haver prefeitos querendo entrar nessa enrascada da municipalização sem que haja a repactuação envolvendo os três entes, quais sejam, os governos federal, estadual e municipal, explicando que não estava defendendo isso somente do ponto de vista de recurso, porque também há que se ter a responsabilidade de educar, como referiu a Joaquina. Prosseguindo, contou que era bancário e que seu mandato de dois meses como suplente estava terminando, ressaltando que antes de discutir esse projeto deveriam estar discutindo a recuperação da perda salarial do servidor, a criação de um PCS, a motivação dos professores e a melhoria das condições de trabalho e segurança. Lembrou que há sete anos, na apresentação do Plano 15, o governador Luiz Henrique dizia aos professores que havia acabado a fase de eles terem que fazer vaquinha nas escolas para fazer o final do ano dos alunos ou para comemorar o Dia do Professor, que a partir daquele momento eles seriam tratados com dignidade, com respeito e com carinho, pedindo então ao secretário Paulo Bauer que fosse cumprido o mínimo, já que não houve reajuste, e que fosse retirado esse substitutivo porque ele não ajudava o Estado, acrescentando que iria votar contra o projeto. Em seguida, usou da palavra o senhor deputado Pedro Uczai, presidente da Comissão de Educação, que cumprimentou os presentes e opinou que para se pensar uma grande nação, a Conae (Conferência Nacional de Educação) e a educação em geral têm que discutir a nacionalização da educação. Lembrou que o presidente da Undime deixou claro para todos que o ensino infantil é responsabilidade dos municípios, que o ensino fundamental é responsabilidade do Estado e dos municípios e que o ensino médio é responsabilidade do governo do Estado, salientando que não é a transferência da responsabilidade para os municípios que resolverá o problema da educação. Informou que debateu o assunto em foco com mais de cem prefeitos e adiantou que a primeira grande responsabilidade que o povo brasileiro irá cobrar dos prefeitos é com relação à faixa etária de zero a três anos, porque diz respeito a creches. Registrou que as creches municipais correspondem hoje a vinte por cento e que oitenta por cento das crianças estão fora da escola, mas considerou que ainda assim é um privilégio, opinando que o direito de todas as crianças de ter educação infantil precisa ser conquistado. Prosseguindo, disse que para votar o PLC 013 deve-se buscar o valor com que o governo federal vai ajudar os prefeitos a solucionar o problema da educação infantil, questionando como a prefeitura vai assumir exclusivamente o ensino fundamental se a lei diz que ele deve ser compartilhado, lembrando que existe ainda o problema relativo às creches e à educação infantil para ser resolvido. Levando isso em conta, avaliou que se deve discutir colaboração em relação ao PLC 013, avisando que embora o substitutivo global contenha avanços, não há acordo nos três pontos levantados nesta audiência pública pela Fecam. Comentou que os professores da rede estadual e municipal por ele consultados não querem municipalizar o ensino fundamental, advertiu que os prefeitos encontrarão os professores desmotivados, questionando como se pensará em educação e qualidade da educação com professores nessas condições, e informou que houve uma decisão colegiada e que está de posse de documentos das Câmaras Municipais, das associações de municípios, de secretários municipais. Enfatizou que se deve discutir e esperar para ver quem pagará a conta da educação e trouxe à tona o princípio da precaução. Registrou que os professores, os secretários municipais e a maioria dos prefeitos não querem a municipalização e que a Assembleia tem posição divergente,

informando que o líder de governo, o deputado Elizeu Matos, retirou o regime de urgência. Avaliou que esse “lavar as mãos” do governo do Estado em relação à municipalização é irresponsabilidade, haja vista que a discussão sobre o que cabe aos municípios, aos Estados e ao governo federal é para oferecer educação de qualidade. Lembrou que a questão não estava em torno de se ser a favor ou contra o governo e advertiu que era uma irresponsabilidade não retirar o PLC 014 mesmo com o substitutivo global, porque gera insegurança para os prefeitos e para os professores. Salientou que para se fazer educação de qualidade deve-se discutir o PLC 013 com democracia, seriedade e pluralidade e defendeu que o piso salarial do professor deve ser progressivo. Concluindo, afirmou que a Comissão de Educação promoverá mais debates antes de deliberar sobre o substitutivo global e que não há dúvidas que se deve pensar os municípios, a educação e seus profissionais para que eles possam ficar em pé. Ato contínuo, usou da palavra o senhor deputado Sargento Amauri Soares, que cumprimentou todos e disse que tem sintonia total com a opinião do Sinte desde a época em que era estudante e que o professor Rodolfo Pinto da Luz era o reitor da UFSC, ocasião em que tiveram vários embates sobre a educação pública, gratuita e de qualidade. Opinou que o valor repassado pelo Fundeb é insuficiente no quesito custo/ aluno e que os vinte e cinco por cento do orçamento do município e do Estado para a educação são insuficientes. Mencionou que os deputados recebem solicitação de vaga em creche e evidenciou que os municípios não oferecem vagas necessárias à educação infantil, lembrando que no final de ano as autoridades e políticos recebem pedidos para doar um brinde para ser sorteado, a fim de levantar recursos para garantir a existência de creche e o funcionamento da escola de ensino fundamental. Afirmou que a proposta do governo do Estado é no sentido de se desfazer de um ônus que já é dividido entre Estados e municípios, transferindo-o para o Poder Público municipal. Prosseguindo, disse que não sabia qual era a intenção de convencer o Poder Público municipal a se posicionar de forma contrária, concordou que a Fecam faz um pronunciamento técnico, como bem disse seu representante, lembrando que o professor Rodolfo trouxe à tona vários elementos que impossibilitam o andamento do projeto da forma como está. Avaliou que o projeto é desnecessário, uma vez que os municípios já fazem compartilhamento em proporções maiores que o Estado, e disse que lhe pareceu evidente que nem o Estado nem o município querem assumir a responsabilidade pelos professores. Concluindo, ponderou ser prudente a retirada desse projeto, para que seja avaliado com tempo, e manifestou seu voto contrário ao projeto da forma como está. Dando continuidade à audiência pública, o senhor presidente, deputado Marcos Vieira, concedeu a palavra à senhora deputada Professora Odete de Jesus, presidente da Comissão de Legislação Participativa, mas teve que intervir no início da fala da deputada por causa da reação da plenária. O senhor presidente enfatizou que a audiência pública estava acontecendo de forma tranquila e que desejava que assim continuasse até o fim, solicitando silêncio e respeito para com os oradores. Retomando a palavra, a deputada Professora Odete de Jesus disse que tinha trinta e quatro anos de Magistério; que iniciou a carreira em 1975; que falaria pouco para ceder mais tempo para a plenária se manifestar, salientando a presença de educadores e formadores, que complementam a formação do caráter das crianças, e a importância desta audiência pública porque provoca reações na sociedade. Finalizando sua manifestação, disse que era apenas um projeto em discussão, que os prefeitos não aceitam esse projeto e que a sua resposta à carta que lhe enviaram os professores da Escola Venceslau Bueno era que o projeto seria analisado e que não era matéria vencida. Ato contínuo, o presidente Marcos Vieira registrou a presença do deputado Genésio Goulart, e do deputado Giancarlo Tomelin e concedeu a palavra ao senhor deputado Joares Ponticelli, que saudou todos e agradeceu pela paciência na discussão de um tema que está mobilizando a sociedade catarinense. Explicou que é na Comissão de Justiça que se discute primeiro qualquer matéria mas que, como membro da referida Comissão, ainda não conhecia o texto do substitutivo, motivo pelo qual pediu uma discussão ampla e responsável sobre o assunto. Lembrando que a Assembleia está para entrar em recesso e que por isso não há tempo para se discutir essa matéria da municipalização, pediu ao secretário da Educação que retire o projeto. Evidenciou que antes de se avançar nessa discussão devem ser resolvidas outras pendências desse governo que está entrando no oitavo ano de mandato, como a promessa feita em 2002 de equiparar o salário do professor do Estado ao salário do professor de Joinville, que ganha o dobro do salário do professor estadual. Salientou que é preciso resgatar isso antes que o governador saia em campanha para senador, bem como o pagamento das perdas salariais, que ultrapassam a casa de quarenta por cento, comentando que o mandado de injunção julgado no Tribunal de Justiça determinou ao governo sessenta dias para encaminhar esse caso à Alesc mas que ainda não chegou. Acrescentou que o Supremo Tribunal Federal está julgando uma ADIn por omissão, com voto da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral favorável à reposição, trazendo à tona a situação dos aposentados, que nesse tempo tiveram

um por cento de aumento e cem reais de abono. Frisou que essas dívidas têm que ser resgatadas antes de se fazer essa municipalização de qualquer jeito e que esse não é um discurso político porque são sete anos de queixa. Destacou que é preciso mandar dinheiro para cada escola definir a cor e o modelo do uniforme de seus alunos, e não fazer os alunos de diversos lugares de Santa Catarina usarem o mesmo uniforme, distribuído apenas em ano de eleição e produzido por empresas de fora do Estado. Concluiu recomendando a retirada do projeto. Na sequência, fez uso da palavra o senhor deputado Dirceu Dresch, que salientou a importância do tema tratado na audiência e comentou que o País está numa grande discussão hoje quanto ao Estado forte, quanto ao Estado que consegue intervir nos processos, principalmente na área da saúde, da educação e em outras áreas que são função do Estado brasileiro, que arrecada impostos, lembrando ser a educação uma das grandes estratégias. Ressaltou que Santa Catarina teve grandes conquistas este ano, citando a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul e a ampliação da UFSC em regiões do Estado. Concordeu com as colocações dos deputados Pedro Uczai e Vanio dos Santos e realçou a grande preocupação em relação ao repasse das questões centrais do Estado para os municípios. Disse que em suas andanças pelo Estado percebeu que a grande preocupação dos prefeitos é com as responsabilidades já existentes, mencionando que a Epagri, a Cidasc, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, por exemplo, não funcionam corretamente sem a participação dos municípios, por isso que eles já estavam sobrecarregados. Registrou que na abertura da Fecam ouviu o governador Luiz Henrique mencionar a rediscussão do Pacto Federativo, comentando que a discussão deve ser sobre o papel do Estado na educação e não sobre o repasse de mais responsabilidades para o município. Informou que na avaliação da bancada do PT essa situação está atravessada e que a bancada tem uma avaliação muito clara de que esse projeto, mesmo com o substitutivo, deve ser retirado da pauta nesse momento. Chamou a atenção do secretário Paulo Bauer para o fato de a bancada do PT querer discutir a educação infantil no Projeto 013 e manifestou sua concordância quanto ao projeto 014 ser retirado da pauta. Lamentando a não realização das audiências no sul do Estado para debater esse tema, afirmou que a continuidade da mobilização fará com que se decida pela retirada do projeto, porque não era este o momento ideal para se fazer o debate sobre ele. Em seguida, usou da palavra o senhor deputado Lício Mauro da Silveira, que manifestou a sua satisfação em discutir um tema de tamanha importância, salientando que no momento gostaria de discutir não transferência de responsabilidade, mas qualidade na educação, porque isso é que era importante. Observou que algumas pessoas se manifestaram ainda presas aos ditames do Projeto 014, quando no dia anterior havia adentrado nesta Casa uma nova versão desse projeto. Reiterando que a discussão deveria ser pela qualidade da educação, considerou que para os catarinenses o Ideb ainda era vergonhoso, já que noventa e oito por cento das escolas de Santa Catarina têm Ideb abaixo de cinco, acrescentando que como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional obriga essa transferência, ela tem que ser feita com muita responsabilidade. Considerou um avanço as colocações do secretário Paulo Bauer em relação à nova versão dessa lei de transferência de responsabilidade e afirmou que, fruto de discussão com a sociedade, a maioria dos deputados não concordava com o Projeto 014. Informou que por se preocupar com a qualidade da educação formou uma equipe e fez um pequeno caderno informativo sobre o sistema de avaliação da educação, dando destaque para o Ideb. Concluindo, informou que na última avaliação do Pisa, aplicada em cinquenta e sete países, o Brasil ficou na quinquagésima segunda posição no ranking mundial, alcançando a quinquagésima terceira posição em matemática e a quadragésima oitava posição em leitura. Advertiu que esse era o retrato do Brasil e que Santa Catarina precisava melhorar, enfatizando que antes de se trocar responsabilidade é preciso discutir qualidade na educação. Dando continuidade à audiência pública, o senhor presidente, deputado Marcos Vieira, registrou a presença do deputado Jailson Lima e passou a palavra à senhora Marta Vanelli, coordenadora da Comissão Organizadora Estadual (Conae/ SC), que saudou todos e disse que tanto na Conferência Nacional de Educação como na Conferência Estadual de Educação e nos debates das duzentas e noventa e duas conferências municipais e das vinte e nove conferências regionais a posição política foi contrária ao projeto de municipalização da educação. Pediu que não se faça de conta que nada aconteceu em Santa Catarina este ano porque a comunidade educacional se manifestou sobre o assunto, frisando que esse processo de participação da sociedade precisa ser respeitado e que é importante a retirada desse projeto da Alesc. Afirmou que o Santa Catarina é privilegiada em relação aos demais Estados do Brasil porque tem a melhor distribuição de renda, fator principal que faz com que o nosso Estado tenha um dos melhores índices educacionais, e lembrou que o Brasil tem um dos piores índices de educação entre os países do Terceiro Mundo, o que motiva a melhoria da educação. Questionou os números apresentados pelo secretário Paulo Bauer, informou que de zero a três anos de idade há

trinta e seis por cento de atendimento e cento e setenta e cinco mil alunos fora da escola e que de quatro a cinco anos há oitenta por cento de atendimento e trinta e oito mil crianças fora da escola, alertando os prefeitos que a partir do momento da obrigatoriedade, dos quatro aos dezessete anos, há trinta e oito mil crianças na idade da pré-escola que precisam de vagas. Também questionou o secretário quando disse que para a faixa dos quinze aos dezessete anos é preciso duzentas e vinte mil vagas, declarando que sessenta e cinco mil jovens estão fora da escola e que é oitenta e seis por cento o percentual de atendimento. Evidenciou que esse projeto de municipalização que querem implantar em Santa Catarina é cópia fiel do processo de término da educação pública que aconteceu no Chile, acrescentando que impuseram insegurança na categoria e que no próximo ano a Conferência Nacional da Educação vai discutir políticas estruturantes para a universalização do atendimento em educação no País. Ressaltando que vão ser regulamentados critérios nacionais para a regulamentação do regime de colaboração na educação, avaliou ser precipitada a votação desse projeto na Assembleia e reiterou ser fundamental a retirada dele de pauta. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Antônio Campos, que disse que os professores e dirigentes sindicais não são bandidos, apenas querem discutir com a Secretaria a educação pública de Santa Catarina. Informou ser contrário ao projeto por vários motivos, entre eles que não é verdade que seja preciso uma nova lei para estabelecer processos específicos de municipalização, porque o regime já é de colaboração, como consta nas Constituições Federal e Estadual e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, salientando que não se justifica um novo projeto querendo repassar a responsabilização do ensino fundamental para os municípios. Prosseguindo, disse que houve contradição na fala do secretário quando abordou a liberação de espaço para os alunos do ensino médio, visto que as crianças continuarão na mesma unidade escolar, e questionou-o sobre como irá abrir esse espaço para o ensino médio. Sobre a rede estadual de ensino oferecer grande número de vagas em Santa Catarina, advertiu que na realidade escolar há diminuição do número de alunos no ensino médio e problema na entrada de dinheiro para os municípios, registrando que os professores estaduais são tratados com o seguinte tripé na educação catarinense: ameaça, punição e desconto de todas as atividades feitas. Salientou que a postura do órgão central em não discutir a educação nega o direito do contraditório, considerado o direito mais restrito que se tem na democracia. Lamentou que aos professores esteja sendo negado o direito de opinarem sobre a educação pública, ressaltando que ela é feita com responsabilidade. Pediu que o projeto fosse retirado para garantir que os municípios ofereçam educação infantil na idade própria e para garantir que a responsabilidade da educação seja de todos. Questionou o secretário da Educação sobre a terceirização da merenda escolar, informando que há indícios de que o governo já fez licitação e vai empurrar a demissão de mais de cinco mil serventes e merendeiras no ano que vem; questionou por que se está fazendo um projeto dessa magnitude, que deixa inseguros não só os dois mil professores, mas quase vinte e mil professores do ensino fundamental. Prosseguindo seu questionamento, perguntou o que vai ser feito com o professor que não vai ter espaço na rede pública, perguntando se após trinta anos de trabalho será cobrado que esse professor faça faculdade. Concluiu dizendo que a categoria quer ser tratada com respeito, dignidade e ser valorizada pelo serviço que presta à educação e ao desenvolvimento de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente, deputado Marcos Vieira, agradeceu a presença de todos, informou que o debate da municipalização continuaria no âmbito interno das Comissões e encerrou a audiência pública.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE
*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1716ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-presidente, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1716ª sessão ordinária. Presentes: Doutores: Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, Sérgio Augusto Machado, José Carlos da Silveira e Cecília Biesdorf Thiesen. Ao iniciar os trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu ao Dr. Sérgio Augusto Machado pelo ano em que esteve à frente da Procuradoria Geral, oportunidade em que também cumprimentou o

Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, por assumir o cargo de Diretor Geral da ALESC e a Dra. Cecília Biesdorf Thiesen por estar integrando o Colegiado da Procuradoria Jurídica em substituição ao Dr. Nazarildo Tancredo Knabben. Em seguida os demais membros do colegiado ratificaram as palavras do Senhor Procurador-Presidente. Aprovada a ata da sessão anterior. Continuando, o Senhor Presidente deu conhecimento do parecer exarado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2008.031808-9, Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de SC e Requerida: Assembleia Legislativa do Estado de SC. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2295/09, de Gilson Ribeiro; Processo nº 2230/09, Paulo Joel Bernhardt e aprovado por unanimidade pelo indeferimento a Consulta - Of. nº 650/2009 de 02/12/09, Interessado: Nazareno Setembrino Martins - Presidente da Câmara Municipal de Palhoça/SC "Investigação sobre a subvenção social repassada a APAE através de convênio com a ALESC". 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 2298/09, de Vera Beatriz Martins Lopes Vieira. 3) Tendo em vista a ausência do Dr. José Buzzi, que encontra-se em férias, o Procurador Presidente, solicitou ao Dr. Luiz Alberto Seccon, que relatasse os pareceres aos processos: Processo nº 2177/09, de Ruben Cesar Farah, que teve o parecer aprovado por unanimidade, e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior o Processo nº 1889/09, de Wonivaldo Mazon. Continuando, deu conhecimento dos pareceres exarados no Processo nº 2263/09, de Izabel Sonogo; a Consulta - Of. CL nº 014/2010 de 18/01/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do edital de Pregão - aquisição de software Adobe e Corel"; Of. nº 310/2009/TP de 16/12/09, ADI nº 2008.007244-5 - Requerente: Governador do Estado de SC - Requerida: ALESC; Of. nº 1565/2009 de 24/12/09, ADI nº 4364 - Requerente: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC - Requeridos: ALESC e Governador do Estado de SC e MS nº 2010.000312-4, Capital, Requerente: Consórcio Visu-Infrastr. Requeridos: Presidente da ALESC e Presidente da Comissão Especial de Obras. 4) A Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, manifestou a honra de fazer parte deste colegiado, agradecendo ao Senhor Procurador-Presidente e aos demais colegas pela receptividade. Em seguida relatou o Processo nº 2265/09, de Luiz Roberto Locks, que teve o parecer aprovado por unanimidade, sendo este parecer exarado pelo Dr. Nazarildo Tancredo Knabben. 5) Tendo em vista a ausência do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, que encontra-se em férias, o Procurador Presidente, deu conhecimento dos pareceres exarados: Consulta - Of. CL nº 967/2009 de 22/12/09, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital para contratação de empresa para o fornecimento de jornais, revistas e periódicos"; Of. nº 07-10/2ªPJMAFRA de 08/01/2010, Interessado: Alício Henrique Hipt - Promotor de Justiça da Comarca de Mafra "Arquivamento do Inquérito Civil Público SIG nº 06.2007.000635-1", e Of. nº 158/2010 de 07/01/2010, Interessado: Desembargador Cid Goulart - Relator do Tribunal de Justiça de SC "Acórdão exarado nos autos de Apelação Civil nº 2008.019731-4/0000-00, Capital, em que é Apelante Luiz Eduardo Caminha e Apelado Estado de Santa Catarina". 6) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, iniciou seus trabalhos agradecendo a colaboração da Secretaria durante sua permanência no cargo de Procurador-Geral. Continuando, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0049/09, de Santana Silvestri, e retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0024/2010, de Jair João Pereira. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0048/10, de Evory Pedro Câmara Schmitt; Consulta - Of. CL nº 968/2009 de 21/12/09, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2006-00 - MMC Consultoria Empresarial Ltda." e encaminhado pelo Chefe de Gabinete da Presidência da ALESC em 16/12/09, Interessado: Ivan Lopes Silva - Diretor da Extra Comunicação Estratégica "liberação dos arquivos digitalizados disponíveis no Centro de Memória da Coordenadoria de Documentação da ALESC, trajetória política e pessoal do ex-Deputado Paulo Stuart Wright". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 2010.

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezoito de agosto de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Dionei da Silva, Dirceu Dresch, Cesar Souza Júnior, Elizeu Mattos, Silvio Dreveck substituindo Joares Ponticelli e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação, a ata da 17ª reunião ordinária desta Comissão, que foi aprovada por unanimidade, e passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta. **Deputado Dionei Walter da Silva**, relatou o Projeto de Lei nº 0248.1/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0281.2, 0072.6, 0269.6/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0395.0/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0122.0/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Cesar Souza Júnior. **O Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou o Projeto de Lei nº 0121.9/09, exarou voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0534.4/07, exarou voto vista contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei 0264.1/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em Gabinete do Deputado Joares Ponticelli, o Projeto de Lei nº 0025.0/08, exarou parecer favorável, com emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete aos Deputados Romildo Titon e Joares Ponticelli, o Projeto de Lei Complementar nº 0024.4/09, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido vista em Gabinete do Deputado Marcos Vieira, e a Medida Provisória nº 0155/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos**, relatou os Projetos de Lei nºs 0593.4/07, e 0023.8/08, exarou parecer contrário à ambos, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Lei nº 0280.1/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0254.0/09, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei Complementar nº 0031.3/08, exarou voto vista favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli. **O Deputado Joares Ponticelli**, o Projeto de Lei nº 0233.9/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0199.9/08, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0151.4/09, exarou voto vista favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, **O Deputado Romildo Titon**, relatou os Projetos de Lei nºs 0277.0, 0295.8, 0267.4, 0285.6, 0298.0, 0276.5, 0270.0, 0296.9/09, exarou parecer favorável, à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0278.7/09, exarou parecer favorável, com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0293.1/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Alberto José Silveira de Sá, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 2009.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia primeiro de setembro de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczaí, Dirceu Dresch, Ismael dos Santos, substituindo Cesar Souza Júnior, José Natal, substituindo Elizeu Mattos, Joares Ponticelli e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta. **Deputado Joares Ponticelli**, relatou o Projeto de Lei nº 0194.4/09, exarou parecer favorável que posto em discussão,

foi cedido vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos, o Projeto de Lei nº 0209.5/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Sargento Amauri Soares, o Projeto de Lei nº 0288.9/09, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 0014/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. do Elizeu Mattos. **O Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou o Projeto de Lei nº 0193.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em Gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0243.7/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Resolução nº 0013.6/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos**, relatou o Projeto de Lei nº 0247.0/09, exarou voto vista contrário ao parecer do relator, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Dirceu Dresch, o Projeto de Lei nº 0202.9/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Joares Ponticelli**, relatou o Projeto de Lei nº 0041.0/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0265.2/09, exarou voto vista contrário ao parecer do relator, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer contrário do Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Emenda Constitucional nº 0002.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos, o Projeto de Lei nº 0188.6/09, exarou voto vista contrário ao relator, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0307.6/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch**, relatou o Projeto de Lei nº 0071.5/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0153.6/09, exarou voto vista favorável ao parecer do relator, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o parecer contrário do Deputado Marcos Vieira, o Projeto de Lei nº 0213.1/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira, e o Projeto de Lei nº 0593.4/09, exarou voto vista contrário ao parecer do relator com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer contrário do Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Sargento Amauri Soares**, relatou o Projeto de Lei nº 0268.5/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0197.7/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos, o Projeto de Lei nº 0239.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0279.8/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0264.5/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **Deputado Romildo Titon**, relatou os Projetos de Lei nºs 0160.5/08, 0261.9, 0301.0, 0309.8/09, exarou parecer favorável, à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0301.0, 0313.4, e 0318.9/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projeto de Lei nº 0303.2/09, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e as Mensagens de Veto nºs 01100, 01101, 01102, e 01105/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Alberto José Silveira de Sá, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 2009.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia oito de setembro de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Pedro Uczaí, Dirceu Dresch, Ismael dos Santos, substituindo Cesar Souza Júnior, José Natal, substituindo Elizeu Mattos, Joares Ponticelli e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente, colocou em discussão e votação, as atas da 18ª, 19ª, e 20ª reunião ordinária desta Comissão, que foram aprovadas

por unanimidade, e passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta. **Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Lei nº 0251.7/09, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0326.9/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai. **O Deputado Marcos Vieira**, relatou o Projeto de Lei nº 0290.3/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0259.4/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, o Projeto de Lei nº 0314.5/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Elizeu Mattos, o Projeto de Lei nº 0187.5/09, exarou parecer favorável com emenda supressiva, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares**, relatou o Projeto de Lei nº 0209.5/09, exarou voto vista favorável ao parecer do relator, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o parecer contrário do Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Pedro Uczai**, relatou 0028.2/09, exarou parecer favorável com emendas modificativa, supressiva e substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade, o Projeto de Lei 0162.7/08, exarou parecer favorável, com emenda substitutivo global, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Jean Kuhlmann. **O Deputado Joares Ponticelli**, relatou o Projeto de Lei nº 0109.2/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou o Projeto de Lei nº 0331.6/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Dirceu Dresch**, relatou o Projeto de Lei nº 0213.1/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0315.6/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, a Medida Provisória nº 0156/09, exarou voto vista favorável ao parecer do relator, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o parecer favorável do Deputado Cesar Souza Júnior. **O Deputado Romildo Titon**, relatou os Projetos de Lei nºs 0330.5, 0327.0, 0324.7, 0221.1, e 0300.0/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente suspendeu a presente reunião, às 10.45 horas, e convocou para o dia 09 de setembro de 2009, para análise de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 0030.2/09, e reabriu a mesma às 11.00 hs, do dia 09 de setembro de 2009, onde exarou parecer favorável, às emendas modificativa, aditiva e substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Alberto José Silveira de Sá, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 08 de setembro de 2009.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia quinze de setembro de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Círio Wandresen, substituindo Pedro Uczai, Cesar Souza Júnior, Antônio Aguiar, substituindo Elizeu Mattos, Décio Góes, substituindo Dirceu Dresch, Joares Ponticelli e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente, colocou em discussão e votação, as atas da reunião ordinária desta Comissão, que foi aprovada por unanimidade, e passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta. **Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Lei nº 0033.0/08, exarou voto vista pela diligência interna, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Elizeu Mattos, e os Projetos de Lei nºs 0096.3/08, e 0322.5/09, exarou parecer favorável à ambos que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Círio Vandresen**, relatou o Projeto de Lei nº 0099.6/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Elizeu Mattos, o Projeto de Lei nº 0394.0/08, exarou, parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Joares Ponticelli**, relatou o Projeto de Lei nº 0299.1/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0332.7/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0195.5/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Círio Vandresen, e o Projeto de Lei nº 0120.8/09, exarou

parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi cedido vista ao Deputado Círio Vandresen e Cesar Souza Júnior. **O Deputado Décio Góes**, relatou o Projeto de Lei nº 0179.5/09, exarou voto vista contrário ao parecer do relator, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria o parecer pelo arquivamento do Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Romildo Titon**, relatou os Projetos de Lei nºs 0282.3, 0313.4, 0340.7, e 0342.9/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Alberto José Silveira de Sá, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 15 de setembro de 2009.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e dois de setembro de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Círio Wandresen, Pedro Uczai, Cesar Souza Júnior, Elizeu Mattos, e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente, colocou em discussão e votação, a ata da vigésima primeira reunião ordinária desta Comissão, que foi aprovada por unanimidade, e passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Lei nº 0069.0/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0186.4/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon**, relatou os Projetos de Lei nºs 0371.3, 0376.8, 0160.5, e 0378.0/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0388.1, e 0369.9/09, exarou parecer pela diligência interna à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e a Mensagem de Veto nº 01141/09, exarou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Deputado Marcos Vieira**, o Projeto de Lei nº 0117.2/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista para o Deputado Jean Kuhlmann, o Projeto de Emenda Constitucional nº 0003.1/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista aos Deputados Círio Vandresen, a Medida Provisória nº 0158/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Pedro Uczai, Oe o Projeto de Lei nº 0283.4/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Pedro Uczai. **O Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou a Medida Provisória nº 0157/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista aos Deputados Marcos Vieira e Círio Vandresen, o Projeto de Lei nº 0349.5/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Pedro Uczai, e o Projeto de Lei nº 0362.2/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Pedro Uczai**, o Projeto de Lei nº 0380.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Elizeu Mattos, o Projeto de Lei nº exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Marcos Vieira, o Projeto de Lei nº 0123.0/08, exarou parecer favorável, com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei nº 0172.9/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Resolução nº 0015.8/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos**, relatou o Projeto de Lei nº 0010.3/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Pedro Uczai, o Projeto de Lei nº 0166.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0249.2/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares**, relatou o Projeto de Lei nº 0348.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Alberto José Silveira de Sá, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 22 de setembro de 2009.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia seis de outubro de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Círio Vandresen, Pedro Uczai, Ismael dos Santos substituindo Cesar Souza Júnior, Elizeu Mattos, e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente, colocou em discussão e votação, a ata da vigésima primeira reunião ordinária desta Comissão, que foi aprovada por unanimidade, e passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Lei nº 0.367.7/09, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido vista aos Deputados Círio Vandresen e Joares Ponticelli, o Projeto de Lei nº 0341.8/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0162.7/08, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon**, relatou os Projetos de Lei nºs 0399.4, 0392.8, 0369.9, 0345.1, 0366.6, 0395.0, 0379.0, 0184.2, 0388.1, 0394.0, 0375.7 e 0396.1/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projetos de Lei nº 0387.0/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Emenda Constitucional nº 004.2/09, exarou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, e o Projeto de Lei nº 0386.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Círio Vandresen. **O Deputado Marcos Vieira**, relatou o Projeto de Lei nº 0397.2/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Pedro Uczai**, o Projeto de Lei nº 0010.3/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Resolução nº 0015.8/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos**, relatou o Projeto de Lei nº 0010.3/08, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 004.5/07, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista aos Deputados Círio Vandresen e Joares Ponticelli, os Projetos de Lei nºs 0320.3, 0321.4, 0254.0/09, Projeto de Lei Complementar nº 0012.0/09, exarou parecer pela diligência externa à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, a Medida Provisória nº 0159/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista aos Deputados Marcos Vieira, Cesar Souza Junior e Pedro Uczai, o Projeto de Lei nº 0287.8/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Cesar Souza Júnior, o Projeto de Lei nº 0398.3/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares**, relatou os Projetos de Lei nºs 0382.6 e 0381.5/09, exarou parecer favorável à ambos, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Elizeu Mattos, e o Projeto de Lei nº 0097.4/09, exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Círio Vandresen**, relatou os Projetos de Lei nºs 0355.3, 0350.9, 0350.9, 0355.3/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0374.6, e 0374.6/09, exarou parecer contrário à ambos, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Cesar Souza Júnior. **O Deputado Joares Ponticelli**, relatou o Projeto de Lei nº 0304.3, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0264.4/09, exarou voto vista favorável, ao parecer do relator, que posto em discussão, foi cedido vista aos Deputados Cesar Souza Júnior, Jean Kuhlmann e Pedro Uczai. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Alberto José Silveira de Sá, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 2009.

Deputado Romildo Titon
Presidente
*** X X X ***

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia treze de outubro de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Sargento Amauri Soares, Círio

Wandresen, Pedro Uczai, Ismael dos Santos substituindo Cesar Souza Júnior, Antônio Aguiar substituindo Elizeu Mattos, e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta. **O Deputado Jean Kuhlmann**, relatou o Projeto de Lei nº 0.0/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0186.4/09, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon**, relatou os Projetos de Lei nºs 0371.3, 0376.8, 0160.5, e 0378.0/09, exarou parecer favorável à todos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 0388.1, e 0369.9/09, exarou parecer pela diligência interna à ambos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e a Mensagem de Veto nº 01141/09, exarou parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Deputado Marcos Vieira**, o Projeto de Lei nº 0117.2/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista para o Deputado Jean Kuhlmann, o Projeto de Emenda Constitucional nº 0003.1/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista aos Deputados Círio Vandresen, a Medida Provisória nº 0158/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Pedro Uczai, Oe o Projeto de Lei nº 0283.4/09, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Pedro Uczai. **O Deputado Cesar Souza Júnior**, relatou a Medida Provisória nº 0157/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista aos Deputados Marcos Vieira e Círio Vandresen, o Projeto de Lei nº 0349.5/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Pedro Uczai, e o Projeto de Lei nº 0362.2/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Pedro Uczai**, o Projeto de Lei nº 0380.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Elizeu Mattos, o Projeto de Lei nº exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Marcos Vieira, o Projeto de Lei nº 0123.0/08, exarou parecer favorável, com emenda substitutivo global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Lei nº 0172.9/08, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Resolução nº 0015.8/09, exarou parecer pela diligência interna, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos**, relatou o Projeto de Lei nº 0010.3/08, exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido vista ao Deputado Pedro Uczai, o Projeto de Lei nº 0166.0/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0249.2/08, exarou parecer pela diligência externa, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares**, relatou o Projeto de Lei nº 0348.4/09, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Alberto José Silveira de Sá, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 2009.

Deputado Romildo Titon
Presidente
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE TRANSPORTE VERTICAL DO PRÉDIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

DATA: 09/03/2010 - HORA: 9:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 09 de março de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 25 de fevereiro de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO**AVISO DE RESULTADO**

A Comissão Permanente de Licitações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pelo Ato da Mesa nº 202, de 07/10/2008, comunica que, atendidas as especificações constates do edital próprio, a licitação modalidade Concurso nº 001/2008, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: Premiação do Concurso "Prêmio Escola do Legislativo" para monografias inéditas sobre o tema "Poder Legislativo e seus diversos aspectos".

Vencedores Categoria Profissional:

Lugar	Pseudônimo	Nome	Título monografia	Nota
1º	Bela	Fabiane Balen	O Vereador na fiscalização das contas públicas	7,5
2º	Pedestre	Dalson Brito Figueiredo Filho	Padrões de liderança na Câmara dos Deputados	7,4
3º	Autoria Anônima	José Jacir Victovski	O Poder Legislativo Municipal e o mandato da Mesa Diretora	7,2
4º	Luck Sky Walker Neto	José Luiz Gonçalves da Silveira	Educação sem distância: O Legislativo Catarinense na vanguarda para a formação de agentes políticos	7,1
5º	Barão de Montesquieu	Jusávia Maria Lisboa	Medida Provisória e o art. 2º da Constituição Federal	7,0

Vencedores Categoria Estudantil:

Lugar	Pseudônimo	Nome	Título monografia	Nota
1º	Aristóteles Politéia Filho	Juliana Cristina da Cruz	A participação do Poder Legislativo Catarinense na construção de políticas públicas	7,3
2º	Madeira de Lei	José Alexandre da Silva Junior	Quem são e o que aprovam os Deputados Estaduais? Um estudo de caso a partir da 14ª Legislatura Paranaense	7,1
3º	Chapolin	Paulo Renato Farias	Princípios, poderes e limites das Comissões Parlamentares de Inquérito - CPI	7,0

Florianópolis, 17 de fevereiro de 2010.

Comissão Permanente de Licitações

*** X X X ***

EXTRATO**EXTRATO Nº 026/10**

REFERENTE: Contrato CL nº 008/2010-00, celebrado em 05/02/2010.
 CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
 CONTRATADA: STEEL Cozinhas Industriais Ltda.
 OBJETO: Aquisição e instalação de equipamentos para cozinha industrial do restaurante dos servidores da ALESC.
 VALOR GLOBAL: R\$ 61.858,00 (sessenta e um mil oitocentos e cinquenta e oito reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial nº 002/2009; Autorização para Processo Licitatório n.º 0092/2009, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
 Florianópolis, 05 de fevereiro de 2010.
 Deputado Gelson Merisio- ALESC
 Steel Cozinhas Industriais Ltda- Flávio Magri de Andrade
 *** X X X ***

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 007/10**

Rede Feminina de Combate ao Câncer
 Declarada de Utilidade Pública Lei Municipal 2.314/97
 Declarada de Utilidade Pública Lei Estadual 10.832/98
 Telefone: (49) 3664-1231
 Avenida Araucária, 768 - Centro
 89.874-000 Maravilha - S.C
 E-mail: redefemininamhsc@mhnet.com.br

Relatório

- Abertura do Ano em 22 de janeiro.
- Posse da Nova Diretoria em 08 de março.
- Palestra na APAE de Pinhalzinho.
- Palestra no Posto de Saúde Local no Dia da Saúde.
- Confecção de cestas e casquinhas em parceria com o CAPS, Escoteiros e Escola Aberta, vendidas na Feira de Artesanato da Páscoa, a fim de angariar fundos para Rede Feminina.

- Entrega de folder explicativo sobre prevenção do câncer de mama e de colo de útero para as mães, no seu dia, em logradouros públicos e nas Igrejas.
- Palestra sobre Prevenção de câncer de próstata, nas quatro quinta feiras do mês de junho, nos grupos hipertensos do município.
- Pela passagem dos doze anos de Rede no município de maravilha, em parceria com o jornal Novoeste e doação da comunidade foi feito um pequeno jornal, com reportagens de prevenção e realização da entidade, que foi distribuído juntamente com o jornal do dia 06 junho a todos os assinantes da região.
- Visitas as pessoas acometidas de câncer no hospital e em suas residências.
- Participação na palestras "Programa Para olímpicos do futuro".
- Confecção de 100 folder para divulgação da prevenção.
- Cartão convênio bombeiros/ voluntários da Cooperativa Global com retorno de desconto nas compras para Rede.
- Inventário (registro) dos bens móveis da Rede.
- Feiras/ liquidação do brechó, uma vez por mês.
- Reunião com todas as voluntárias, na última terça feira de cada mês.
- Ilustração do CD "Hino da Rede" com fotos das voluntárias.
- Palestra ao grupo dos Escoteiros sobre missão da Rede.
- Palestra na Praça da Matriz/parceria com a Secretária Municipal de Saúde, no Dia da Saúde, sobre prevenção do Câncer de modo geral.
- Reportagens sobre prevenção no jornal Novoeste, no Jornal Correio Regional, na Revista Cia., nas rádios Difusora e Lider FM.
- Recebimento de cartazes e folder da Rede Feminina Estadual.
- Distribuição de foldres de prevenção ao grupo jovens católicos.
- Recebimento de 5.000 peças de roupas da Assistência Social de Itajaí.
- A Rede participou na Festa do Padroeiro "São José Operário, sendo responsável pela pescaria".
- Participação e representação de uma voluntária no Conselho Municipal de Entidades.
- Confecção da foto oficial das voluntárias.
- Encontro da voluntárias, com rodada de pizza no restaurante do Novo Bairro.
- Colaboração na lavagem de roupas do Brechó, pelas voluntárias.
- Confecção de toalhas de rosto para as agentes da Pastoral.
- Distribuição de cestas básicas aos familiares das pessoas acometidas de câncer, em situação financeira precária.
- Participação no arreamento da Bandeira na Semana da Pátria, com discurso da presidente (homenagem a Pátria) e da secretária (prevenção).
- Entrega do forro de camas, agasalhos, acolchoados aos acamados por câncer, em necessidade.
- Participação na tarde de domingo na Praça da Matriz com o Instituto Avon da Campanha Um beijo pela Vida.
- Doação de balões as crianças da creche Erica Maldaner, na semana da Criança.
- Pintura das salas (coleta e fisioterapia) e das macas para melhor acolher as pacientes.
- Transferência do Brechó da sede para a casa (alugada), pois o local era imprópria junto com a prevenção.
- Doação de roupas aos necessitados do Tornadode Guaraciaba.
- Palestra sobre prevenção do câncer na Força Tarefa promovida pelo SDR no município de Iraceminha.
- Palestra aberto ao Público sobre prevenção ao câncer pelo ginecologista Dr. Valdir da Costa e o Certo e Errado da Internet pela socioterapeuta Leoni Ranzí.
- Atendimento gratuito (um dia por semana) de fisioterapeuta, nutricionista e psicóloga as mulheres em fase pré e pós operatória acometidas da doença câncer.
- Participação das Voluntárias no Desfile Natalino, com ala das "Mães com Bebês" a fim de incentivar a amamentação, que reduz as chances de câncer de mama em 4% cada ano de mamentação.
- Coleta de material do colo de útero para o exame papanicolau em 2.348 mulheres, em média 196 exames mensais.
- Toque na mama para averiguação de alguma anormalidade na mama em 2.100 mulheres.
- Exames alterados: 02 HPV e 432 Bacilo de Gardnerella.
- Chá com desfile de Modas, juntamente em parceria com algumas empresas locais.
- Pedágio em Frete ao CIAC com entrega de folder explicativos sobre prevenção do câncer.
- Participação no sorteio do Natal Maravilha promovido pela Associação Empresaria e do Jornal Novoeste.
- Doação de brinquedos pelas voluntárias para o Natal das Crianças carentes promovido pela Associação Empresarial.
- Participação da Homenagem na Assembléia Legislativa em Florianópolis pela passagem do segundo ano do Dia 27 de novembro estipulado pela deputada Odete de Jesus com o Dia Estadual da Rede Feminina.
- Recebimento de subvenções do Estado no valor de 31.000,00.

- A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizou durante todo ano, uma técnica de enfermagem para fazer a coleta nas mulheres do material para exame.

- Participação na confecção dos saquinhos de TNT e doação de doces aos Bombeiros para entrega no Natal às crianças carentes dos bairros e do interior do município.

Aderli Trevisan Rüdiger
Secretaria
Celular: 49-91139894
E-mail: aderli@mhnet.com.br

Lido no Expediente
Sessão de 23/02/10

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 008/10

APAE-SÃO FRANCISCO DO SUL
CAESP."Arco-Iris"

Centro de Atendimento Educacional Especializado

São Francisco do Sul - SC, 18 de fevereiro de 2009.

À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

At. Sra. Tullia Ribeiro
Rua Jorge Luiz Fontes, 310 Centro

Florianópolis - SC.

Prezada Senhora:

Através desta solicitamos a Manutenção do título de utilidade pública Estadual para o ano de 2010, da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Francisco do Sul - SC.

Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente.

Documento em anexo:

Ata autenticado

Estatuto autenticado

Balanco do ano anterior autenticado

Relatório circunstanciado de atividades ano anterior

Declaração de autoridades (duas)

Atenciosamente,

Vilson Almeida Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 24/02/10

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 142, de 23 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CAIO MATEUS FRANÇA DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Pedro Uczai).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 143, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora ANA MARIA MAIA RAMOS, matrícula nº 1606, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, no Gabinete do Deputado Lício Mauro da Silveira.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 144, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na Comissão de Turismo e Meio Ambiente JULIO CESAR VERAS FILHO, Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde servidor do Poder Executivo - Secretaria de Estado da Saúde, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 08, de 04 de janeiro de 2010, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2003-8.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 145, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde da servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1369	Marilea Marcon Correa	180	03/02/10	0192/10

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 146, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor JOSE BERTOLDO DOS SANTOS, matrícula nº 1397, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-46, no Gabinete do Deputado Reno Caramori.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 147, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora MARIA DAS DORES REZENDE IZE, matrícula nº 1089, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, na Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 148, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor MARCOS AURELIO GUNGEL, matrícula nº 0721, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, na Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 149, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor RAUL JOSE LUMMERTZ FILHO, matrícula nº 1392, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-54, na Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 150, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor RUBENVALDO DA SILVA, matrícula nº 1102, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-66, na Coordenadoria de Projetos e Desenvolvimento.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 151, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor PAULO JOSE ROSA, matrícula nº 1355, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, na Coordenadoria de Suporte e Manutenção.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 152, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ADIEL FERNANDES CIPRIANO**, matrícula nº 1449, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, na Coordenadoria de Suporte e Manutenção.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 153, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **FLAVIO PITTIGLIANI VIEIRA**, matrícula nº 1194, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, na Coordenadoria de Redes.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 154, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Sergio Godinho para o gabinete do Deputado Narcizo Parisotto, contar de 14 de fevereiro de 2010.

matr	NOME DO SERVIDOR	CÓDIGO E NÍVEL DO CARGO
3094	Jair Antonio Miotto	PL/GAB-56
3103	Artemio Carniel	PL/GAB-49
3108	Carlos Alberto Mafrá Tabalipa	PL/GAB-60
3309	Valmor Natal Cordeiro dos Santos	PL/GAB-53
3430	Andre Ricardo de Souza	PL/GAB-55
3531	Maria Marly Leite	PL/GAB-53
4178	Everton Luiz de Mattos Ribeiro	PL/GAB-69
4452	Jorge Luiz Silveira	PL/GAB-01
4462	Maria Josefina Minucci Camargo	PL/GAB-48
4679	Marcelo Cesio Soares	PL/GAB-66
4969	Jean Evandro Lara	PL/GAB-20
5691	Valdecir Vargas	PL/GAB-23
5859	Mari Neuza Damasceno Motta	PL/GAB-58
5863	Claudemir Mendes de Oliveira	PL/GAB-65
5870	Olci Antonio Leonardo	PL/GAB-14
5884	Assuero Isoton	PL/GAB-18
5947	Antonio Cardoso	PL/GAB-01
5948	Denise Silva Barbosa	PL/GAB-01
6019	Raquel Chenta	PL/GAB-01
6141	Jucemar Perito	PL/GAB-01
6236	Roney Abel Guterres	PL/GAB-01

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 155, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência relativo à lotação do servidor efetivo **JOÃO BATISTA PEREIRA**, matrícula nº 2132, do gabinete do Deputado Sergio Godinho para o gabinete do Deputado Narcizo Parisotto, a contar de 14 de fevereiro de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 156, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **JOÃO BATISTA PEREIRA**, matrícula nº 2132, do gabinete do Deputado Sergio Godinho para o gabinete do Deputado Narcizo Parisotto, a contar de 14 de fevereiro de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 157, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência relativo à lotação do servidor à disposição abaixo relacionado, do gabinete do Deputado Sergio Godinho para o gabinete do Deputado Naricizo Parisotto, a contar de 14 de fevereiro de 2010.

Matr	NOME DO SERVIDOR
9157	JULIO CESAR COSTA

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 158, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

CONSIDERAR RETIFICADO o vínculo de pertinência do servidor MAURÍCIO GOLL, matrícula nº 5922, ocupante do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, que passa do gabinete do Deputado Giancarlo Tomelin para o gabinete do Deputado Luiz Eduardo Cherem, a contar de 05 de janeiro de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 159, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor JOAO DAL PONT, matrícula nº 3308, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Rogério Mendonça).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 160, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor CHARLES EVERSON NICOLEIT, matrícula nº 5973, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 161, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CHARLES EVERSON NICOLEIT, matrícula nº 5973, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2010 (Gab Dep Gelson Merisio).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 162, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JULIANO RANZOLIN, matrícula nº 3815, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 163, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora MARIGLE SEVERO CAMARGO, matrícula nº 5310, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 164, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR BRUNA DA ASSUNÇÃO COSTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ada Faraco De Luca).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 165, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor ROBSON BARBOZA, matrícula nº 4511, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Décio Góes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 166, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ROBSON BARBOZA, matrícula nº 4511, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2010 (Gab Dep Décio Góes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 167, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR PEDRO VIEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Décio Góes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 168, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor RICARDO BAARTZ, matrícula nº 5161, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 169, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor ALEXANDRE GONZAGA DOS SANTOS, matrícula nº 5253, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 170, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ALEXANDRE GONZAGA DOS SANTOS, matrícula nº 5253, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-28, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2010 (Gab Dep Kennedy Nunes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 171, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARLI SALETE CHAVES DE SOUZA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Kennedy Nunes).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 172, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor JEAN RICHARD BORGES, matrícula nº 4776, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 173, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora ANNA PAULA MELO, matrícula nº 6188, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 174, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANNA PAULA MELO, matrícula nº 6188, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2010 (Gab Dep Manoel Mota).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 175, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VANESSA TROMBIM SOARES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 176, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora MARIA APARECIDA MARTINS SITONIO, matrícula nº 3971, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 177, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARIA APARECIDA MARTINS SITONIO, matrícula nº 3971, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2010 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 178, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora BEATRIZ RAMOS FRAGA, matrícula nº 5373, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 179, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ANASTACIO MARTINS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Renato Luiz Hinnig).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 180, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor ATILA ZILLI SEEMANN, matrícula nº 4541, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 181, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor LUIZ GONZAGA RODRIGUES, matrícula nº 5341, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Liderança do PDT).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 182, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora RENATA FERRACINI RODRIGUES, matrícula nº 5466, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Liderança do PDT).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 183, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RENATA FERRACINI RODRIGUES, matrícula nº 5466, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2010 (Liderança do PDT).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 184, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR RONALDO DIAS CORRÊA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PDT).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 185, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora SIMONE CORRÊA, matrícula nº 6249, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Rogério Mendonça).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 186, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JAQUELINE SANDRA GITRONE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rogério Mendonça).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 187, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ROBERTO ELIAS DAL'PONT, matrícula nº 5845, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Rogério Mendonça).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 188, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora MARINA LORENZETTI, matrícula nº 6079, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Silvio Dreveck).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 189, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MARIA NAGIBA DEMETRIO RIBEIRO**, matrícula nº 4990, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-52, no Gabinete do Deputado Sgo. Amauri Soares.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 190, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **LUCIANO SERPA**, matrícula nº 1806, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-58, na Comissão de Agricultura e Política Rural.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 191, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JOAO ANTONIO DA SILVA**, matrícula nº 0972, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-44, na DL - Gerência de Controle e Registro das Proposições.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 192, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR TEREZINHA DANIELLI LORENZETTI, matrícula nº 3730, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Silvio Dreveck).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 193, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
1998	Bernadete Albani Leiria	90	01/02/10	0256/10
1529	Maria da Graça Cardoso	30	03/02/10	0257/10

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 194, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
5990	Evandro Mota	15	09/02/10	0258/10
1838	Rubens Manoel Justino	20	10/02/10	0255/10

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 195, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 004/2010.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2170	Jose das Neves Filho	
0947	Valter Euclides Damasco	
1332	Helio Estefano Becker Filho	

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 196, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0245/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **VERA MATTOS**, matrícula nº 1584, por 60 (sessenta) dias, a contar de 11 de fevereiro de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 197, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde da servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
1439	Margareth Balsini Genovez	60	19/02/10	0246/10

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 198, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0687	Maria Ines Catalano	105	11/02/10	0247/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 199, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio	Processo nº
1907	Anibal Cantalicio Estanislau	02/02/05 01/02/10	0131/2010
0926	Aristeu Vieira Standler	16/01/05 15/01/10	0107/2010
1908	Edson Biazussi	02/02/05 01/02/10	0134/2010
0422	Laercio Braz Ghisi	30/01/05 29/01/10	0105/2010
1823	Maria de Lourdes Ghizzo	25/12/04 24/12/09	0065/2010
0631	Maria do Bonsucesso Vitor Koerich	25/01/05 24/01/10	0104/2010
1474	Miguel Antonio Atherino Apostolo	02/02/05 01/02/10	0125/2010

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 200, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0108/2010,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER ao servidor **PAULO ROBERTO HERBST**, matrícula nº 1540, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 16 de fevereiro de 1993 a 31 de março de 1997 e 17 de dezembro de 2001 a 02 de novembro de 2002.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 201, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio	Processo nº
2043	Rosilene Maria Sodre	26/12/04 28/12/09	0066/2010
1870	Rosita Nunes	01/01/05 31/12/09	0078/2010
1013	Sergio Luiz Sell	31/12/04 30/12/09	0079/2010
1904	Silvia Rejane Botome	02/02/05 01/02/10	0135/2010
1906	Sonia Maria da Silveira	02/02/05 01/02/10	0130/2010
1887	Valci Martins	02/02/05 06/02/10	0133/2010
1916	Wilson Paulo da Silva	02/02/05 06/02/10	0126/2010

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 202, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora FULVIA MARIA TOMELIN, matrícula nº 5188, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Gab Dep Darci de Matos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 203, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR OSWALDO CIDRAL, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Darci de Matos).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 204, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor TOME COLETTI, matrícula nº 5212, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2010 (Liderança do PT).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 205, de 25 de fevereiro de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CLAUDENIR LEVANDRO GAZZONI, matrícula nº 2979, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PT).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 024/10

Cria o Fundo Estadual de Fiscalização e Compensação - FEFISCO, no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º. Fica criado o Fundo Estadual de Fiscalização e Compensação - FEFISCO, destinado a assegurar a execução das atividades de fiscalização dos aterros sanitários e demais estabelecimentos para destinação final de resíduos que estejam instalados no Estado de Santa Catarina, bem como a compensação dos danos ambientais e sociais por estes causados.

Art. 2º. O FEFISCO será gerido pela Secretaria Executiva de Gestão de Fundos Estaduais.

Art. 3º. Constituem recursos financeiros do FEFISCO:

I - dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Estado e os créditos adicionais que lhes forem atribuídos;

II - auxílios, subvenções, contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, destinadas a assistir as populações atingidas por calamidades;

III - remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro;

IV - o aporte de R\$ 20,00 (vinte reais), reajustáveis anualmente pelo INPC-IBGE, por cada tonelada de resíduo destinado aos estabelecimentos previstos no art. 1º desta Lei, quer seja para ser depositado ou que adentre em suas instalações;

V - outros recursos eventuais.

Parágrafo único. Os aportes previstos no inciso IV deste artigo deverão ser feitos pelos estabelecimentos descritos no art. 1º desta Lei, no décimo quinto dia do segundo mês após a ocorrência de qualquer das seguintes situações, valendo o que ocorrer primeiro:

a) emissão da respectiva nota fiscal do serviço;

b) recebimento do material.

Art. 4º. Os valores exigidos dos estabelecimentos por Municípios de Santa Catarina a título de taxa de fiscalização poderão ser abatidos dos aportes previstos no art. 3º, IV, desta Lei.

Art. 5º. Os recursos financeiros a que se refere o artigo anterior serão depositados em conta especial, no Banco do Brasil - BB.

Parágrafo único. A rede de bancos oficiais e privados poderá ser utilizada para o recebimento de auxílio e donativos, os quais serão transferidos até o fim de cada mês à conta especial.

Art. 6º. Incumbirá a uma Junta Deliberativa, composta por representantes da Secretaria Executiva de Gestão de Fundos Estaduais, Fundação do Meio Ambiente e Vigilância Sanitária Estadual, a fiscalização da aplicação dos recursos e aprovar a proposta anual do FEFISCO, que deverá transferir a integralidade dos valores recebidos, contanto que destinados para projetos que visem fiscalização, preservação e recuperação do meio ambiente, assim como projetos de educação ambiental, ou ainda projetos relacionados à saúde da população.

Parágrafo primeiro. Os valores descritos no art. 2º, IV, desta Lei poderão ser utilizados exclusivamente pelos Municípios em que estiver instalado o estabelecimento que fez os aportes.

Parágrafo segundo. Os demais valores depositados no FEFISCO, com exceção daqueles previsto no art. 2º, IV, desta Lei, terão destinação de acordo com a decisão da Junta Deliberativa.

Parágrafo terceiro. Os representantes referidos neste artigo serão designados pelos titulares das respectivas Pastas, cabendo a Presidência ao representante da Secretaria Executiva de Gestão de Fundos Estaduais.

Art. 7º. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, disciplinando o mecanismo e condições de utilização do FEFISCO.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário

Sala das Sessões,

Deputado Cesar Souza Junior

Lido no Expediente

Sessão de 23/02/10

JUSTIFICATIVA

Há anos o Estado de Santa Catarina e todos os Municípios que o compõe vêm sofrendo com a constante e crescente problemática da destinação final de resíduos sólidos.

Como se não bastasse, destaca-se a agravante do constante aumento da população como um todo, pois ainda que alguns Municípios sofram com a redução do número de pessoas que os habitam, estas por certo migram para outras localidades, o que mantém o aumento populacional estadual. Assim, é certo que a quantidade de lixo também aumentará, causando sérios prejuízos a todos os Municípios, indistintamente.

Por outro lado, pior situação enfrentam aqueles Municípios em que estão ou serão instalados aterros sanitários, que geralmente atendem a outros Municípios vizinhos, o que potencializa os efeitos e riscos de suas instalações. No mesmo sentido, igualmente sofrem os seus municípios, a exemplos que vão desde danos à saúde até a desvalorização patrimonial dos imóveis vizinhos aos aterros, mas a estes não se limitando.

Não obstante tudo isto, frisa-se que são constantes e crescentes os riscos de dano ambiental e danos à saúde da população dos Municípios que recebem tais resíduos, oriundos de toda uma coletividade, sendo indispensável que tais Municípios se antecipem e estejam preparados para tais problemas que por certo surgirão.

Ademais, se problemas não houvessem, todos os Municípios teriam aterros sanitários próprios e deixariam de transferir tal passivo ambiental para outros Municípios, que muitas vezes já sofrem há anos, por decisões e licenças concedidas no passado.

Assim, a criação do Fundo Estadual de Fiscalização e Compensação visa permitir que os Municípios em que estejam instalados aterros sanitários, possam ser compensados pelos danos causados ao seu meio ambiente e à saúde da sua população, mediante a apresentação de projetos específicos, apreciados por comissão já prevista no mesmo Projeto de Lei, custeados por repasses dos próprios aterros causadores de tais danos.

Como arremate, frisa-se que a integral destinação dos valores que ingressarem no FEFISCO para finalidades nobres como a preservação da saúde e do meio ambiente, legitimam ainda mais a urgência e relevância da matéria, especialmente em razão do constante compromisso da comunidade mundial em se aumentar os investimentos na preservação do meio ambiente.

Pelas razões acima exposta e, diante da relevância do tema, peço apoio dos demais pares para aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 025/2010

Determina aos clubes de futebol que assegurem matrícula em instituição de ensino

aos jogadores menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados.

Art. 1º Os clubes de futebol oficiais do Estado devem assegurar que estejam matriculados em instituição de ensino, pública ou particular, todos os jogadores menores de 18 (dezoito) anos com os quais possuam qualquer forma de vínculo, zelando pela sua frequência e aproveitamento escolar.

Parágrafo único. Consideram-se clubes oficiais as associações devidamente registradas e reconhecidas pela Federação Catarinense de Futebol.

Art. 2º O descumprimento da obrigação do artigo anterior acarretará a aplicação das penalidades de multa e de impedimento de participação em torneios e competições oficiais.

§ 1º Incurrerão em pena de multa, no valor de 250 (duzentos e cinquenta) UFIR's por jogador, os clubes que, após 30 (trinta) dias do início da vigência desta lei, não comprovarem a matrícula dos jogadores menores de 18 anos com os quais possuam qualquer vínculo.

§ 2º Os clubes de futebol que, uma vez penalizados com multa, não regularizarem a situação de matrícula escolar dos jogadores de futebol menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados ficarão impedidos de participar de jogos e campeonatos oficiais no Estado.

§ 3º Consideram-se oficiais, para os fins desta lei, as competições promovidas, administradas, organizadas e dirigidas pela Federação Catarinense de Futebol.

§ 4º Os valores decorrentes da aplicação da multa acima referida serão revertidos no aprimoramento do ensino no Estado, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º A responsabilidade pelo recebimento da relação dos comprovantes de matrícula e frequência escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos, encaminhados pelos clubes oficiais, incumbe à Federação Catarinense de Futebol.

§ 1º Recebidos os documentos, a Federação Catarinense de Futebol deverá encaminhá-los, junto com a lista dos jogadores inscritos nas competições oficiais, à Secretaria de Estado da Educação e à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, da Assembleia Legislativa do Estado, para as devidas providências.

§ 2º A não entrega dos comprovantes de matrícula e frequência escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos, pelos clubes oficiais, à Federação Catarinense de Futebol presumirá o descumprimento desta lei, acarretando a aplicação das penalidades.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado César Souza Júnior

Lido no Expediente

Sessão de 24/02/10

JUSTIFICATIVA

Conforme determinação da Constituição Federal, a educação, direito social de todos os brasileiros, é dever do Estado e da Família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim preconiza a Carta Magna:

"Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

A Lei 9.394, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ao estabelecer as orientações da educação nacional, impõe, em seu artigo 1º, que **"a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais"**.

Ocorre que, em virtude das notícias de contratos milionários, firmados com jogadores de futebol ao redor do mundo, muitos jovens brasileiros deixam de lado os estudos para se dedicar a contratos com clubes e escolas de futebol.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069, de 13/07/1990, ao regulamentar a profissionalização do menor, proíbe qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, assim considerada a formação técnico profissional, ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Ainda, relaciona outros direitos e garantias ao desenvolvimento dos menores, como a seguir apontados:

“Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.”

E mais:

“Art. 60 - É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”

“Art. 62 - Considera-se aprendizagem a formação técnico profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.”

Seguindo além, a legislação define as diretrizes da formação técnica e profissional a que o menor tem direito, bem como as salvaguardas ao seu estudo:

“Art. 63 - A formação técnico profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.”

Por derradeiro, o Estatuto impede a realização de trabalho que, por conta de horário ou local, atrapalhe a frequência escolar do menor.

“Art. 67 - Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

(...)

IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.”

É evidente que nem todas as instituições de formação de jogadores respeitam os regramentos acima elencados. Muitos, afastados da família, acabam se tornando verdadeira moeda de troca entre clubes, com a única atenção ao desenvolvimento físico e esportivo, deixando de lado a frequência escolar e o aprimoramento decorrente dos estudos tradicionais.

Ademais, justificam-se as conceituações ora apresentadas, que retratam a organização oficializada no Estado de Santa Catarina, que tem na Federação Catarinense de Futebol como seu organismo superior.

Pelos termos do Regulamento Geral das Competições da Federação Catarinense de Futebol, **“competirá ao Departamento Técnico da Federação Catarinense de Futebol - FCF, o gerenciamento técnico-administrativo das competições (...)”** (art. 14), sendo de sua responsabilidade a promoção de campeonatos e torneios profissionais que envolva ligas não-profissionais, associações profissionais ou não-profissionais, filiadas ou vinculadas, direta ou indiretamente à entidade.

Prevê o art. 2º do Regulamento Geral das Competições da Federação Catarinense de Futebol:

“Os campeonatos e torneios oficiais promovidos e administrados pela Federação Catarinense de Futebol (FCF) que envolva ligas não-profissionais, associações profissionais ou não-profissionais, filiadas ou vinculadas, direta ou indiretamente à entidade, reger-se-ão pelas disposições constantes neste Regulamento, que dispõe sobre as normas gerais e comuns a todas as competições, respeitadas as normas estabelecidas nos regulamentos específicos de cada competição.”

Neste interim, sendo este o órgão responsável pelo controle e regularização dos clubes e jogadores no Estado de Santa Catarina, torna-se imprescindível sua participação para a aplicação das normas constantes neste projeto.

Oportuno destacar, ainda, que projeto semelhante foi apresentado na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e deu origem à Lei 13.748, de 08 de outubro de 2009.

Diante de todo o exposto, tem-se por justificado o objetivo do projeto de lei ora apresentado, que busca assegurar a capacitação educacional do jovem atleta em formação para que, além do auxílio financeiro recebido, tenha assegurado seu desenvolvimento intelectual e a conclusão do ensino regular.

Assim posto, diante da relevância do tema, solicito apoio dos demais pares para aprovação da matéria em análise.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 026/10

Concede desconto de 50% (cinquenta por cento) em Eventos Culturais Artísticos para doadores de sangue.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a meia entrada para doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, em casa de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, esporte e lazer do Estado de Santa Catarina..

Parágrafo único. Para efetivos desta lei, considerar-se-á como casa de diversões ou estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artístico, circense, teatrais, cinematográficos, feiras, exposições zoológicas, pontos turísticos, estádios, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e qualquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Art. 2º A meia entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário.

Art. 3º Para efeito desta lei, são considerados doadores regulares de sangue aqueles registrados no hemocentro e nos bancos de sangue dos hospitais do Estado, identificados por documento oficial expedido pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições com contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 24/02/10

JUSTIFICATIVA

Muitas pessoas precisam de doação de sangue todos os dias, mas infelizmente nem sempre o recebem quando necessário, pois não são todos que conhecem e percebem a importância de se doar sangue.

As estatísticas são terríveis, pois apenas 1,5% da população brasileira doa sangue e juntando todos os hospitais e clínicas que precisam realizar transfusões de sangue diariamente mais de 5.000 litros são precisos diariamente, ou seja, falta doadores que contribuem com esse gesto de amor e consciência, pois doar sangue salva vidas e qualquer um pode, em algum momento precisar.

O presente projeto de lei tem a sua inspiração na Lei nº 13.964/2003, aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná que proporcionou o aumento dos doadores de sangue no Estado vizinho.

Santa Catarina também precisa ampliar a sua rede de doadores de sangue. Entendemos que a oportunidade de acesso através da meia entrada para doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, em casa de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, esporte e lazer do Estado de Santa Catarina irá contribuir nas ações públicas de saúde e garantir a vida de muitos catarinenses.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 027/10

Dispõe sobre o exercício da podologia e da outras providências.

Art. 1º - Fica assegurado no Estado de Santa Catarina, o exercício das atividades de podologia.

Art. 2º - É de competência do podólogo o exercício das seguintes atividades e funções, conforme inserido na Classificação Brasileira de Ocupações - C.BO, do Ministério do Trabalho e Emprego:

I - Prognosticar e tratar as podopatias superficiais dos pés e deformidades podais, utilizando-se de instrumental adequado, medicamentos de uso tópico.

II - Tratar das podopatias com afecções e infecções, alinhar lamina ungueal

(onicoectomia), efetuar curativos e atender emergências.

III - Promover proteções e correções podológicas, preparar moldes e modelos para órteses e próteses.

IV - Ouvir e orientar pacientes sobre medidas preventivas, bem como explicar técnica de procedimentos.

V - Responsabiliza-se tecnicamente por consultórios, clínicas, laboratórios de órteses, estabelecimentos e hospitais com ambulatório de Podologia, podendo promover vendas de insumos de uso podológico.

VI - Emprender atividades educativas e orientações na esfera pública e privada, promovendo a melhora podológica da população.

VII - Emitir pareceres técnicos dentro de sua área de atuação.

Art. 3º - São condições para o exercício da profissão de Podólogo:

I - Ser portador de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente.

II - Possuir diploma de habilitação profissional expedido por escolas que ministram cursos de graduação em Podologia conforme orientação da Lei de Diretrizes e Bases vigente.

Art. 4º - São deveres do podólogo:

I - Trabalhar com Biossegurança; higienizar local de trabalho, usar EPI (equipamento de proteção individual), esterilizar instrumental, acondicionar instrumentais cortantes para descarte, acondicionar lixo contaminado para incineração;

II - Demonstrar competências pessoais: trabalhar com ética, cuidar da higiene e aparência pessoal, saber manipular materiais, produtos químicos e medicamentos para uso no atendimento dos pacientes e atualizar-se profissionalmente;

III - Atender às normas de vigilância sanitária municipais específicas.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 24/02/10

JUSTIFICATIVA

Tem o presente projeto, o objetivo de regulamentar as atividades desenvolvidas pelos Podólogos, nos termos dispostos na CBO - Classificação Brasileira de Ocupações. E o reconhecimento dos profissionais que atuam na melhora dos pés das pessoas que necessitam tratamentos, principalmente os diabéticos e portadores de podopatias. O primeiro registro legal é da década de 30.

O podólogo também é o responsável técnico por consultórios podológicos, estabelecimentos comerciais de podologia, laboratórios e distribuidoras de insumos. Ao profissional cabe diagnosticar e tratar as podopatias superficiais e deformidades dos pés, usando instrumentos adequados e medicamentos de uso tópico.

Deve, também, tratar das doenças com afecções e infecções, fazer curativos, atender emergências, preparar moldes e modelos para órteses e próteses e executar atividades educativas e orientações para a melhora podológica da população.

Não obstante, a tramitação do PL nº 6.042/05, do Deputado José Mentor - do PT/SP,

que dispõe sobre o exercício da profissão de Podólogo e dá outras providências, entendemos salutar regulamentar as atividades destes profissionais, pois é inegável a importância de seu trabalho.

Por esta razão, apresentamos o presente Projeto, contando com a aprovação desta egrégia Casa Parlamentar.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 028/10

Dispõe sobre a proibição do uso de termômetros com mercúrio na área hospitalar pública no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibido no Estado de Santa Catarina o uso de termômetros com mercúrio na área hospitalar pública.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º O Poder Executivo, tem prazo de doze meses, para proceder a substituição dos referidos termômetros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 24/02/10

JUSTIFICATIVA

O mercúrio é um metal tóxico e prejudicial ao meio ambiente.

O uso de termômetros contendo mercúrio coloca em risco a integridade física não só dos trabalhadores da saúde, mas também dos pacientes expostos aos vapores do agente químico, quando ocorre rompimento dos aparelhos e derrame do metal.

Do ponto de vista econômico os termômetros de coluna de mercúrio são frágeis rompendo-se com facilidade. A União Européia recomenda a substituição dos termômetros de mercúrio pelos digitais, mais seguros e econômicos.

O PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente tem recomendado a adoção de medidas em escala internacional sugerindo imediata implementação de ações para identificar populações expostas. A Organização Mundial de Saúde também reconhece a elevada toxicidade do mercúrio e recomenda ao setor da saúde a implementação de planos de substituição dos aparelhos com mercúrio por alternativas livres do metal.

Cecília Zavariz, especialista na área afirma n que têm sido realizadas ações para eliminar o uso de mercúrio em todas as atividades nas quais há tecnologia substitutiva. "Na área hospitalar, através de conscientização e informações sobre o mercúrio, foram consignados acordos com 92 hospitais de São Paulo, dentre os quais 42 já efetuaram a substituição total dos aparelhos, o que sem dúvida vem contribuir de forma significativa para a resolubilidade deste grave problema de Saúde pública, que é a contaminação por mercúrio. Nosso trabalho está sendo acompanhado por organismos mundiais, para os quais temos remetido informações sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, alguns dos quais podem ser encontrados no website www.chem.unep.ch/mercury/", relata a médica.

O presente projeto de lei pretende garantir a segurança e a saúde dos usuários do sistema hospitalar e dos seus trabalhadores. E garante tempo hábil de 1 (um) ano para a substituição destes termômetros que ameaçam a nossa saúde.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 029/10

Dispõe sobre os procedimentos para Comunicação de Óbito e dá outras providências.

Art. 1º - Os estabelecimentos hospitalares públicos ou privados deverão, obrigatoriamente, sob pena de responsabilidade, adotar os procedimentos abaixo, no caso de óbito de paciente, cujos familiares ou responsáveis não foram localizados ou são desconhecidos:

I - em se tratando de paciente identificado, serão utilizados todos os meios de comunicação necessários, de abrangência local, regional e estadual, no prazo máximo de 04 (quatro) horas após a ocorrência do óbito, objetivando a localização de familiares ou responsáveis,

II - não havendo êxito no procedimento anterior, este será repetido pelos próximos 30 dias, destacando-se a informação em caráter de utilidade pública.

Parágrafo Único - Nos casos de paciente não identificado, os procedimentos mencionados nos incisos anteriores, serão realizados com base em dados descritivos, tais como, sexo, cor da pele, olhos e cabelos, altura, peso aproximado, compleição física e idade estimada.

Art. 2º - Os procedimentos referidos nesta Lei, serão adotados concomitantemente àqueles previstos na legislação federal, no que se refere à notificação, verificação e registro de óbitos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 24/02/10

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de normatizar os procedimentos que os estabelecimentos hospitalares de Santa Catarina deverão adotar, quando do falecimento de paciente cujos familiares ou responsáveis não foram localizados ou são desconhecidos.

Não são raros os casos de familiares que, seja por desconhecer o paradeiro de seu ente, ou até mesmo por este vir à óbito em outra localidade, deixam de ser informados da ocorrência, face à inexistência de nomes, endereços ou telefones para contato.

Não bastasse a dor dos familiares com a perda, é importante frisar que a dignidade do ser humano não se exaure com a morte, razão pela qual todos os mecanismos para informação de ocorrência desta natureza devem ser adotados, até como forma de resguardar os preceitos fundamentais de respeito ao ser humano.

*** X X X ***